



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

Gustavo Graf Villabruna

História, economia e cultura em Paulo Prado

Campinas

2020



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

Gustavo Graf Villabruna

História, economia e cultura em Paulo Prado

Monografia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação da Prof.^a Dra. Milena Fernandes de Oliveira

Campinas

2020

Resumo

O objetivo deste trabalho de monografia é analisar a vida e obra de Paulo Prado (1869 –1943), historiador paulista, oligarca do café e um dos principais mecenas da Semana de Arte de Moderna de 1922. Em seus dois trabalhos principais, *Paulística* (1925) e *Retrato do Brasil* (1928), ele deposita sua interpretação regional paulista e sua interpretação nacional, percorrendo o período do Brasil colônia até os dias em que escreveu. Esta pesquisa além de se aprofundar em sua visão histórica e política, analisou também quais foram os aspectos de história econômica que permearam seus estudos. A sua forma única de análise histórica ficou marcada por sua estética poética pessimista, o uso de conceitos do cristianismo e sua tese de destaque do povo paulista na formação do Brasil. Em adição a sua análise histórica, Prado também deixou em seus ensaios uma crítica política sobre o presente e futuro do país, sendo sua obra uma grande demonstração dos interesses políticos da elite paulista cafeicultora no fim da Primeira República Brasileira (1889-1930).

Palavras-chave: Paulo Prado; Formação Econômica do Brasil; Formação Econômica de São Paulo.

Abstract

The objective of this monography is to analyze the life and work of Paulo Prado (1869-1943), historian from São Paulo, coffee oligarch and one of the main patrons of the Semana de Arte de Moderna of 1922 (Modern Art Week). In his two main Works, *Paulística* (1925) and *Retrato de Brasil* (1928), he deposited his São Paulo regional interpretation and his national interpretation, covering the period of colonial Brazil until the days he wrote. This research, in addition to deepening into his historical and political vision, also analyzed which aspects of economic history permeated Prados's studies. His unique form of historical analysis was marked by his pessimistic poetic aesthetic, the use of Christianity concepts and his thesis of the prominent role of the people from São Paulo in the formation of Brazil. In addition to his historical analysis, Paulo Prado also left in his essays a political critique of the present and future of the country, therefore his work being a great demonstration of the political interests of the São Paulo coffee elite at the end of the First Brazilian Republic (1889-1930).

Keywords: Paulo Prado; Economic formation of Brazil; Economic formation of São Paulo.

Sumário

Introdução.....	6
Capítulo I: O paulista e a interpretação regional.....	9
1.1 A vida de Paulo Prado.....	9
1.1.1 O bon vivant oligarca do café.....	9
1.1.2 De volta ao Brasil.....	11
1.1.3 Do modernismo à <i>Paulística</i>	13
1.2 <i>Paulística</i>	14
1.2.1 A ascensão da capitania de São Vicente.....	14
1.2.2 O auge e o declínio das bandeiras paulistas.....	16
1.2.3 A regeneração trazida pelo café.....	19
1.3 Sobre interpretação regional.....	21
1.3.1 Contexto e impacto.....	21
1.3.2 A tese sobre a província.....	25
Capítulo II: Da província à nação: a interpretação nacional.....	30
2.1 A segunda obra.....	30
2.2 <i>Retrato do Brasil</i>	31
2.2.1 A formação social brasileira e seus dois pecados.....	31
2.2.2 O diagnóstico de tristeza.....	36
2.2.3 A carta política.....	39
2.3 A interpretação nacional.....	41
2.3.1 Crítica e recepção.....	41
2.3.2 A tese sobre a nação.....	44
Considerações Finais.....	48
Referências Bibliográficas.....	51

Introdução

Existem diversas visões e conceitos de como se define o estudo da história econômica. Segundo Flávio Saes, o caráter multidisciplinar da área permite que os mais diversos autores, e suas diferentes linhas metodológicas, entendam a história de maneiras distintas. Por exemplo, para Asa Briggs, historiador inglês do século XX, seu estudo é a compreensão de como as relações e as instituições econômicas se transformaram nos períodos de tempo, enquanto para Douglass North, prêmio Nobel em Economia de 1993, a história econômica se preocupa com o desempenho das economias do passado (SAES, 2009).

Quando aprofundamos o estudo para o caso do Brasil, vemos que são numerosos os autores que interpretaram a história econômica do país, utilizando-se dos mais diversos métodos. Os primeiros destes escreveram suas obras nos anos 1920 e, na maioria dos casos, suas investigações trataram de como a economia colonial gerou base para a constituição do capitalismo brasileiro (SAES, 2009).

O contexto neste período era de consolidação da economia do café, fase que já era vivida desde o final do século XIX com grande aumento das exportações do produto. Carlos Berriel aponta que este auge da produção cafeeira impactou fundamentalmente a política e a transição ao capitalismo no Brasil. Isto fez com que este período, que seguirá até meados de 1930, se diferenciasse totalmente dos ciclos econômicos anteriores de produção açucareira e extração do ouro, confirmando o papel revolucionário que o café teve na sociedade e economia brasileira (BERRIEL, 2013, p.31).

Para Berriel, diferente dos senhores de engenho das fazendas de açúcar, os barões do café não se tornaram classe dominante por forças do império ou da metrópole, mas sim de forma mais autônoma do governo central. Nas “terras roxas” de São Paulo, onde as fazendas cafeeiras se consolidaram, nasceu um novo centro político que ao se fortificar tornou suas demandas cada vez mais relevantes para as decisões que eram tomadas em todo país. Assim como ele coloca:

No processo de se tornar efetivamente classe dominante, a oligarquia do café de forma gradual, vai construindo um programa político econômico que, ao ser posto em prática alterou o trilha da própria história do país. Abolição do trabalho escravo, construção de estradas de ferro, a própria queda da monarquia e a conseqüente proclamação da República são assim, dentro de um complexo sistema, expressões e atos de uma classe que se autorreconhece e age conforme um interesse consciente e enunciado (BERRIEL, 2013, p.27).

A força política que os oligarcas do café assumiram e seu reconhecimento como classe mais emancipada trouxeram impactos ainda maiores: o desejo por eles da constituição de uma burguesia nacional, aos moldes europeus, em um país de passado colonial. O autor continua:

Essa circunstância traz à tona a importante questão de que as burguesias dos países subordinados, de extração colonial – e no grupo daqueles que Caio Prado Júnior chamou de colônia de exploração -, não alcançam a densidade histórica das burguesias clássicas, classes para si, aquelas que não se subordinaram a lógicas que não próprias, que elaboram um projeto de dominação universal e moldaram o mundo à sua imagem e semelhança. É o caso as primeiras burguesias nacionais – a inglesa, a francesa, a dos Países Baixos e poucas outras (BERRIEL, 2013, p.28).

Sendo assim, para ele, apesar de não ter sido possível a formação de uma burguesia clássica no Brasil, ela ainda podia aspirar pela reprodução aproximada da força de dominação que os países metropolitanos tinham na época. Foi com esta aspiração que a oligarquia do café alterou o cenário político brasileiro, com a vontade de cultivar o nacional e se tornar cada vez mais autônoma de sua subordinação internacional (BERRIEL, 2013, p.29).

Todas estas grandes transformações não só marcaram e estimularam o início do estudo da história econômica, como também foram o cenário o qual esteve inserido o intérprete da história brasileira que é o foco deste estudo: Paulo Prado. A consolidação da economia cafeeira concretizou a consolidação da força política e financeira de sua família, os Prado, em São Paulo. O clã teve sua origem no Brasil com a chegada de Antônio da Silva Prado, português que veio às terras brasileiras no começo do século XVIII em busca de ouro. Seu filho fez crescer a importância da família fazendo carreira como empresário mercantil em São Paulo e seu neto confirmou esta relevância política ao receber o título de Barão do Iguape de Dom Pedro II.

Em meados do século XIX, o também chamado Antônio Silva Prado, neto do Barão do Iguape e trineto do primeiro Antônio Prado, viveu igualmente uma vida política ativa: de deputado provincial à prefeito da cidade de São Paulo. Além de político, foi também responsável por administrar as diversas fazendas que a família conquistou ao longo das dezenas de anos no Brasil, assim como presidiu outras diversas organizações e empresas. Foi neste momento que os Prado tiveram papel ativo na campanha pelo trabalho livre, na abolição da escravidão e ajudando nas negociações para a vinda dos milhares de italianos que vieram trabalhar nas fazendas de café.

Paulo, assim como seu pai Antônio e seus antepassados, atuou em diversas áreas. Não somente intérprete da história brasileira, o autor também foi figura de grande importância para os diversos círculos e atividades em que esteve envolvido enquanto vivo: oligarquia do café,

membro de uma família altamente influente na política, amigo pessoal de intelectuais históricos do Brasil e da Europa, mecenas da Semana de Arte Moderna de 1922, ensaísta e historiador. Estas diversas imagens mostram como o personagem principal desta pesquisa somou diferentes perfis que não se substituíram, mas se somaram em um homem multifacetado de diferentes *personas* (WALDMAN, 2009, p.29).

Desta forma, o objetivo central desta monografia é aprofundar, em especial, seu perfil de ensaísta e intérprete da história paulista e brasileira, papel que ele concretiza ao fim da sua vida ao escrever suas duas obras principais: *Paulística* e *Retrato do Brasil*. Esta pesquisa busca quais são os aspectos de história econômica inseridos nestes trabalhos, qual a sua ideia para a formação econômica brasileira e como suas ideias se relacionaram com o contexto político em que o autor esteve inserido durante sua vida.

O primeiro capítulo dessa pesquisa foca em retomar a vida de Paulo Prado e explorar sua primeira obra, recuperando a interpretação regional que ele constituiu em *Paulística*. Enquanto isso, o segundo capítulo trata por aprofundar a pesquisa em *Retrato do Brasil*, explorando a interpretação nacional do autor tendo em vista como esta se baseia em sua ideia da dinâmica entre província, São Paulo, e nação, Brasil

Capítulo I: O paulista e a interpretação regional

1.1 A vida de Paulo Prado

1.1.1 O bon vivant oligarca do café

Paulo Prado nasceu em 20 de maio de 1869, filho de Antônio e Maria Catarina, na cidade de São Paulo. Como a maior parte dos filhos das elite brasileira do momento, recebeu o melhor da educação que poderia ser oferecida no período, cursando direito pela tradicional faculdade do Largo do São Francisco. Desde jovem se envolveu na política e nos negócios da família, chegando a participar junto com o pai e tios da campanha para imigração dos trabalhadores livres.

Junto com a família dos Pacheco Chaves, seus pais fundaram a “*Casa Prado, Chaves & Cia*”, uma organização com objetivo de organizar a exportação do café paulista. A companhia foi uma das maiores exportadoras de café até o final daquele século. Com isso, a família Prado fortaleceu seu importante papel no cenário econômico e político do Brasil (WALDMAN, 2009, p.33), além de papel central na construção de São Paulo.

Quando se formou na faculdade e completou 20 anos de idade, Paulo decidiu sair do país, mudando-se para Paris onde residiu durante anos com seu tio Eduardo Prado. Foi neste momento que abandonou, por um momento, sua vida predestinada de homem de negócios para vivenciar uma realidade completamente distinta do que tinha vivido até então.

Na capital francesa foi onde Paulo Prado viveu o auge de sua juventude e de sua vida “mundana”, conhecendo o “velho mundo” ao mesmo tempo que “redescobria” o seu país (WALDMAN, 2009, p.37). Seus pais cobraram diversas vezes para que voltasse ao Brasil para tomar conta dos negócios da família, entretanto para a infelicidade destes, Paulo atrasou seu retorno em alguns anos, caminho muito parecido vivido por seu tio Eduardo, sua principal companhia nestes anos morando na Europa.

O tio de Prado viveu cercado por diversos intelectuais, que assim como ele também escolheram Paris como residência. Apesar dos grandes períodos julgados como de vida mundana por sua mãe, Eduardo não apenas viveu do ócio, mas também foi diplomata e jornalista, além de ter investido grande parte do seu tempo em estudar a história e literatura de Portugal e do Brasil. Esta sua dicotomia de vida entre as grandes cidades europeias e as fazendas paulistas fez com que ele fosse comparado com Jacinto, protagonista de “Cidade e as Serras”,

uma das mais famosas obras de seu amigo próximo Eça de Queiroz (WALDMAN, 2009, p.38), que foi também um dos seus principais influenciadores.

Além do famoso autor lusitano, eram do círculo de amigos outros nomes como Oliveira Martins, Barão do Rio Branco, Graça Aranha, José Veríssimo, Joaquim Nabuco e Olavo Bilac. Os portugueses desse grupo, em especial Queiroz e Martins, faziam parte da chamada Geração de 70, movimento português que impactou a cultura, a política e a literatura de seu país. Esta geração teve como principal característica as críticas aos “*liberais do porto*” de 1820, os quais para eles foram os maiores culpados da grande crise que Portugal sofreu na época. A crise foi explicitada pelos conflitos com a Inglaterra em relação às colônias africanas, consequência que eles atribuem a uma política tomada por um sentimento de *desnacionalização* cada vez maior. Para os autores de 70 era preciso romper com este liberalismo consolidado, com o sentimento de *desnacionalização* e voltar a cultivar o orgulho lusitano, inspirando-se nos portugueses pré-crise de 1580 (BERRIEL, 2013, p.48), os quais em seu auge conquistaram colônias mundo a fora antes do colapso político desencadeado com o fim da dinastia de Avis.

Eduardo e Paulo foram intensamente influenciados por eles, e estas ideias sobre Portugal foram a base do pensamento dos Prado sobre o Brasil, assim como explícita Berriel:

Esse tema da desnacionalização de um povo, como aspecto da incapacidade mental de uma sociedade em tratar com a realidade ela mesma – incapacidade que podia ser chamada de romantismo -, é recorrente na Geração de 70, assim como o é em Eduardo Prado e será mais tarde em Paulo Prado que tratamos aqui, essencialmente, é que a crítica particular desenvolvida pela Geração de 70 para as mazelas de sua história fornecerá, aos Prado, referenciais, temas, motivos, angulações e expressões que por empréstimos servirão para idêntica função com relação à vida brasileira (BERRIEL, 2013, p.56).

A temática colocada sobre Portugal pela Geração de 70 para explicar a crise em seu país serviu de base para a discussão do momento de transição do Brasil: do Império para a República. Foi com a essência deste pensamento e nesta conjuntura que as teses centrais de Eduardo foram formadas, as quais serviram de influência para Paulo nos anos 1920, quando ele escreveu suas obras. De maneira geral os dois pontos principais sobre a obra de Eduardo que estiveram presentes nas obras do sobrinho são: o primeiro em relação às instituições ideológicas formadas de maneira não nacionais no Brasil, ou seja, a desnacionalização da política brasileira; e o segundo ponto quanto à superioridade do paulista, por não ter tido contato com as ideias portuguesas dos “*liberais do porto*” (BERRIEL, 2013, p.66).

Os dois pontos estão extremamente ligados para ele. A questão central é como as instituições brasileiras se formaram sem uma base cultural própria, trazendo para o Brasil a “decadência” do velho mundo, a qual foi objeto intenso de críticas pelos intelectuais em que ele conviveu. Com isso, por terem menos contato com os portugueses e os antigos governos metropolitanos, os paulistas estavam muito mais isentos das “atrasadas” influências da Europa, tendo uma capacidade muito maior de construir uma política verdadeiramente nacional. Esta é uma questão fundamental para Paulo Prado, como veremos ao analisarmos cada uma de suas obras.

1.1.2 De volta ao Brasil

Paulo voltou ao Brasil em 1897 para administrar as empresas e fazendas da família, após anos de pressão dos seus pais pelo seu retorno. Eça de Queiroz morreu em agosto de 1900 ainda na França, e seu tio Eduardo em 1901 em uma de suas fazendas no interior de São Paulo. A morte destas duas figuras marcou de vez o fim da “vida mundana” do autor, que ao ter se tornado também um homem de negócios se distanciou do grupo de intelectuais europeus que conviveu em Paris. Entretanto, apesar deste afastamento, ele não abandonou seu interesse pelo estudo da história e sociologia.

Prado assumiu no mesmo ano em que retornou ao Brasil o cargo de presidente na casa de exportação a qual sua família detinha junto com a família dos Pacheco Chaves. Isto aconteceu no mesmo período em que seu pai se afastou do cargo para assumir a prefeitura da cidade de São Paulo, se tornando o prefeito que por mais tempo governou o município até os dias de hoje.

A primeira década do século XX foi um período de breve afastamento das atividades intelectuais por Paulo, um momento onde ele focou suas atividades como gestor de sua companhia. Entretanto são nestes mesmos anos que seu pai, como prefeito, trabalhou para fundar uma vida cultural ativa na cidade, a qual para ele era praticamente inexistente, construindo prédios históricos como o Teatro Municipal e a Pinacoteca do Estado. Com uma reaproximação às artes a partir de 1913, Prado confirmou seu retorno à vida ativa no círculo intelectual e artístico no ano de 1917, quando comprou a obra “A Onda” de Anita Malfatti.

A ligação do autor com o mundo artístico veio de família. Durante alguns anos no século anterior, sua avó Veridiana morou em Paris junto com o filho Eduardo, convivendo no mesmo ambiente dos intelectuais tratados anteriormente. Quando voltou ao Brasil, a matriarca da família apaixonada pela vida cultural europeia trouxe a ideia dos salões culturais à capital

paulista, construindo uma mansão que veio a se tornar uma das mais famosas sedes de grandes eventos artísticos e debates literários. Paulo continuou este legado, transformando sua casa a partir de 1920 em também um centro cultural para elite paulistana (WALDMAN, 2009, p.68).

Além de ter organizado diversos eventos culturais, Prado começou por patrocinar diversos artistas e escritores. Ele também retomou o contato com diversos amigos da Europa, financiando viagens ao Brasil para diversos deles, atuando como um “elo civilizador” entre a capital francesa e São Paulo (WALDMAN, 2009, p.55). Trouxe diversas obras do velho mundo para o Brasil, ao mesmo tempo que sustentou artistas nacionais, tornando-se um grande colecionador de arte e mecenas reconhecido entre a alta sociedade local.

Foi neste contexto que o modernismo começou a ganhar a forma, ficando claro o momento de efervescência cultural que a cidade viveu. Uma efervescência que foi bancada e apoiada pelas elites locais, algo que demonstra uma diferença do movimento modernista em São Paulo. A oligarquia do café, e em especial a família Prado, apoiou o movimento como uma forma de emancipação política, uma forma de construir uma cultura verdadeiramente nacional, assim como desejado pelos intelectuais da Geração de 70 e por Eduardo Prado para o Brasil. Berriel expressa essa relação e a compara com a crescente da arte moderna na Europa:

É interessante observar uma diferença: enquanto a arte moderna na Europa, principalmente na França, teve que abrir espaços à margem dos salões oficiais – pensemos na batalha do Impressionismo –, no Brasil essa mesma arte ingressa pela via oficial e conduzida pela mão do poder. Essa inversão de situações faz pensar: revela, antes de mais nada, que quer mais do que isso. Já não basta, para o café, a hegemonia num país subordinado, de extração colonial: trata-se agora de realizar uma emancipação ampla que deva necessariamente passar pelo vestíbulo da emancipação expressional. Nesse sentido, a arte moderna, pelo seu caráter renovador, teria algo a sugerir, pela sua vocação insurrecional, às mentalidades nacionais satisfeitas com os mestres do passado – na expressão de Mário de Andrade, A arte moderna servia, e muito, para separar São Paulo do resto do Brasil, e ao separar, estabelecer uma hierarquia (BERRIEL, 2013, p.95).

O movimento modernista dessa forma teve destaque em São Paulo, pois, no estado, atuou como uma forma de expressão política dos interesses da elite cafeeira. Seu objetivo era consolidar a força política da região que vivia seu auge econômico, ainda mais com os indícios de início da indústria brasileira baseada no capital cafeeiro. Os modernistas se pautaram na ruptura com o antigo, com o passado colonial e as influências europeias. Para a elite paulista, o Rio de Janeiro, oposto disso, representava a conexão internacional brasileira e a subordinação

às forças metropolitanas do passado, enquanto São Paulo queria se concretizar como o polo provincial e autônomo que vinha por firmar a nacionalização do brasileiro (BERRIEL, 2013, p.107).

Paulo Prado por meio de Graça Aranha, antigo conhecido da casa de seu tio em Paris, se tornou cada vez mais próximo dos artistas e escritores modernistas, e junto de seu histórico pessoal e familiar consolidou seu perfil de mecenas quando tornou-se um dos principais patrocinadores e organizadores da Semana de Arte Moderna de 1922. A Semana concretizou todos estes ideais que ele e sua classe carregavam, fato que Mario de Andrade sintetiza:

(...) alguém lançou a ideia de se fazer uma semana da arte moderna, com exposições de artes plásticas, concertos, leituras de livros e conferências explicativas. Foi Graça Aranha? Foi Di Cavalcanti? Porém o que importa era poder realizar essa ideia, além de audaciosa, dispendiosíssima. E o autor verdadeiro da Semana de Arte Moderna foi Paulo Prado. E só o mesmo uma figura como ele e uma cidade grande, mas provinciana como São Paulo, poderiam fazer o movimento modernista e objetivá-lo na Semana (ANDRADE, 1974, p.234-5).

1.1.3 Do modernismo à *Paulística*

Apesar de considerado fator principal da Semana por Mário de Andrade, não foi na esfera das artes que Paulo Prado construiu seu legado, mas sim como ensaísta. Foi após o evento de 1922 que escreveu suas duas obras principais, as quais o consolidaram como escritor e intérprete do Brasil. Com isso, o último personagem, e não menos importante, que mais o influenciou nessa esfera de vida foi seu “mestre” Capistrano de Abreu (WALDMAN, 2009, p.49).

Paulo Prado conheceu o historiador nas rodas de debate que vivenciou na Europa, entretanto foi apenas em 1918 que a relação dos dois se intensificou. Capistrano buscava por patrocínio para seu projeto de continuar a obra não finalizada de Eduardo Prado, que tinha por objetivo recontar o início da colonização portuguesa no Brasil. Prado aceitou financiá-lo e foi quando então nasceu o vínculo peculiar entre os dois. De um lado, Paulo financiou as pesquisas de Capistrano, ao mesmo tempo que este se tornou o orientador e instrutor intelectual de seu mecenas. A importância de Capistrano para Prado e a relação que dois tiveram será explorada mais à frente.

Foi neste período, entre 1922 e 1924, que Paulo Prado lançou diversos ensaios os quais foram posteriormente reunidos em 1925 na primeira edição de *Paulística*. A obra pode ser considerada como uma interpretação regional da formação do Brasil, com caráter de recontar o

cotidiano e história do paulista, de uma forma que mantêm um nível de poetização, lembrando sempre o contato do autor com as ciências literárias (CALIL, 2009, p.136). Calil resume o conjunto de ensaios como:

Do ponto de vista científico, Paulo Prado buscava resposta à pergunta: “Houve realmente uma raça paulista, na incerteza atual da ciência sobre a noção exata do que é uma raça...?”. Por fim, o autor examinava a permanência dos valores de independência do paulista primitivo no seu contemporâneo, que empreendia o progresso formidável da província, mas parecia desprovido da “vontade de convivência e coesão”, que são os caracteres fundamentais do Estado Nacional. Para o autor, a elite do café constituía um grupo social apolítico e subserviente aos governos de ocasião, que apenas cuidava do acúmulo de riqueza material (CALIL, 2009, p.137).

Apesar do impacto político de *Paulística* não ter sido grande na época, a obra foi relançada em sua segunda edição com novos ensaios escritos entre 1926 e 1931. O prefácio desta segunda edição, último texto escrito pelo autor, tem grande tom pessimista, principalmente em relação às revoluções de 1930 e 1932 que não conseguiram, na visão do autor, trazer o resultado esperado na formação do país e na consolidação de uma unidade nacional.

A seguir exploraremos a obra, buscando retomar os principais aspectos históricos e econômicos que estão presentes.

1.2 *Paulística*

1.2.1 A ascensão da capitania de São Vicente

Em 1532, chegava ao litoral do que viria a se tornar São Vicente a frota de Martim de Sousa e os primeiros portugueses de que se tem registro. Paulo Prado aponta que os principais objetivos desta missão, mais ao sul da colônia, eram os de retirar os franceses do território colonial de Portugal, fortificar os portos com artilharia e explorar as terras de São Vicente até a região do Rio da Prata.

Diferente de outras regiões da colônia, a exploração interiorana da região foi dificultada em especial pelas características geográficas do local. Como o autor cita, os exploradores relataram uma gigante muralha de mata que dificultava o acesso ao planalto serra acima. Diversos caminhos começaram a ser explorados e testados, principalmente usufruindo daqueles que algumas tribos indígenas já utilizavam. Dentre todas as dificuldades, a trilha que se consolidou foi o Caminho do Mar, que começava na vila de São Vicente e chegava às margens

do rio Tamanduateí. Foi nas margens deste rio e mais a fundo, continuando pelo córrego do Anhangabaú, que se fundaram as primeiras vilas afastadas do litoral na capitania.

Apesar do crescente uso do Caminho do Mar, ele ainda guardava muitos desafios nos trajetos entre litoral e planalto. Eles eram tantos que apenas em 1599 o governador-geral do Brasil colônia chegou às vilas acima da Serra do Mar e mesmo 100 anos após a utilização da trilha, as condições ainda eram muito precárias o que dificultava o contato entre a metrópole, o mundo civilizado e a população do planalto. Este último ponto é central para Prado, porque foi a partir do papel seletivo do Caminho do Mar que nasceram as diferenças étnicas do paulista que o diferenciaram em caráter e tipo dos povos dos restantes da colônia e os livraram do contágio com a decadência portuguesa (PRADO, 2004, p.72). Esta importância dada aos “caminhos” como formadores do território nacional é oriunda das obras de Capistrano de Abreu, tema aprofundado na próxima seção.

Ao tratar de uma pretensa decadência de Portugal, nos termos que Prado coloca, devemos retomar as influências que ele teve com os escritores portugueses, na época em que morava com seu tio, Eduardo Prado, em Paris. Como já exposto, eles consideravam que o português, a pós 1580, tinha perdido suas características heroicas, de um povo que havia construído um império pelo mundo, representando a crise que o país vivia. Segundo o autor, Portugal havia se esvaziado como efeito da colonização ao mesmo tempo que esta se tornou sua única forma de ganhar riquezas. Desta forma, o sinuoso Caminho do Mar dificultou o contato deste português decadente com o povo do planalto, tornando desde as primeiras décadas de exploração da colônia portuguesa a capitania de São Vicente mais independente e afastada da metrópole em comparação às outras regiões da colônia.

Para ele, foi no planalto de São Vicente em que se teve as primeiras tentativas de colonização organizada. Em 1549, foi fundada a primeira vila no alto da Serra da Mata, nomeada de Santo André. João Ramalho foi o primeiro líder do grupo, apesar de não se ter muitos documentos que tragam total certeza sobre isso. A vila neste período contava com algo em torno de 800 moradores e sua atividade econômica era baseada na produção de gado, comércio de índios e pequenas plantações. Na vila se vivia junto com os “selvagens”, e apesar de vários outros acampamentos que existiram na região, foi Santo André o primeiro em que realmente se fundou um vilarejo. Para segurança dos moradores, em 1560 João Ramalho e sua população se mudaram para Vila Piratininga, povoando a região em torno do Pátio do Colégio, edifício fundado pela missão jesuítica em 1554.

Foi nesse contexto e com estas influências étnicas que nasceu o mamaluco a que Paulo Prado chama de a “raça paulista”: a mistura do português heroico e o índio. O português trazia a cobiça, o caráter aventureiro que o fez enfrentar o clima e o sertão adentro pelo Caminho do Mar. Enquanto isso, o índio trazia o instinto, a maleabilidade, a coragem impassível, a observação aguçadíssima apurando os sentidos. A tudo resistia o selvagem, e, do enfrentamento deste com a natureza, nasceu a grandeza das bandeiras (PRADO, 2004, p.105).

O autor destaca em vários momentos que, desde a época do “patriarca” da raça paulista, João Ramalho, a independência do paulista resultou em embates com as forças centrais e as ordens da metrópole. Esta característica, que para ele permeava o paulista até os dias em que escrevia, foi representada pela discordância do povo de Piratininga com a Companhia de Jesus e com as missões jesuíticas: pelos conflitos entre famílias espanholas e famílias portuguesas e também pela tolerância com a presença de judeus na capitania, os quais foram mais um elemento presente na formação do povo paulista.

Com isso, para Paulo Prado o período de “ascensão” da história de São Paulo pode ser resumido como o momento da formação heroica do mamaluco paulista. Este que foi fruto das condições naturais e políticas que o Caminho do Mar proporcionou, miscigenando as peculiaridades étnicas do português pré-1580 e do índio que já habitava a região. O trecho selecionado ilustra:

Esse ódio e esse temor – em doses iguais – tinham a sua justificada explicação nos desmandos da gente conquistadora e mestiça que dos campos de Piratininga invadia os desertos, destruindo totalmente as “reduções” jesuítas e repelindo o inimigo tradicional para além das barrancas dos grandes rios do sertão. Os excessos dos bandos mamalucos, se tinham uma explicação na própria rudeza dos tempos, afirmavam, no entanto, as qualidades fortes da raça, criada asperamente nas suas montanhas, longe das influências deprimentes da metrópole ou do litoral. O Caminho do Mar preparara o paulista para as predestinações que lhe reservava a história do Brasil (PRADO, 2004, p.86).

1.2.2 O auge e o declínio das bandeiras paulistas

A rudez da raça forte que se moldou em Piratininga foi a base para mais do que apenas a formação das bandeiras: foi a causa da exploração do interior da colônia, ultrapassando os limites da capitania de São Vicente e chegando aos quatros cantos que os cercavam. O movimento bandeirante paulista, como Prado aponta, nasceu com a necessidade de revidar os ataques que a vila de Santo André e em seguida Piratininga sofriam das tribos indígenas. Sendo assim, além de uma ação de defesa, as bandeiras começaram a caçar os índios e a

sucessivamente escravizá-los. Apesar de a escravização não ter atingido as proporções da escravidão africana houve momentos em que o número de índios aprisionados pelas bandeiras se tornou tão elevado a ponto de baratear o preço que o escravo indígena era comercializado.

O sucesso das bandeiras paulistas foi tanto que estas se espalharam para todas as direções da colônia. O reconhecimento da força que estas tinham fizeram a metrópole contratá-las para missões de seu interesse, como a exploração de outras regiões, inclusive em confrontos durante as invasões espanholas em terras brasileiras. O autor coloca que mais do que apenas uma caça às populações indígenas as missões bandeirantes paulistas foram longe, sendo responsáveis pelo descobrimento de grande parte do território brasileiro.

Vale ressaltar que, em relação à dizimação das populações indígenas, Prado suaviza a violência das bandeiras, principalmente comparando com outros tipos de exploração que ocorreram na América, em especial a colonização espanhola. Ele coloca que era a comparação de certa maneira injusta, vide que os europeus portavam armas mais poderosas tornando suas batalhas de difícil derrota, facilitando o sucesso da caçada dos índios. Entretanto em relação aos espanhóis, as bandeiras paulistas tinham uma forma “esportiva” e admirável, uma batalha ao fim contra a natureza. Na América espanhola, as conquistas do México, América Central e o Peru foram comandadas por exércitos aguerridos de cavalarias, canhões, milhares de soldados e grandes massas de índios que foram armados para combaterem seu próprio povo, deixando para trás uma tragédia sombria e cruel (PRADO, 2004, p.145).

Dessa forma, diferente da guerra fortemente armada contra os índios empenhada pela Espanha, as bandeiras independentes dos primeiros paulistas demonstravam sua coragem. Este diferencial foi também um ponto que permitiu a grande mestiçagem do planalto, gerando o mamaluco e todos os atributos da população Piratininga que já citamos. Prado sintetiza novamente as qualidades do bandeirante em:

Para essa luta sobre-humana, as circunstâncias do meio da raça e da educação tinham preparado e afeiçoado admiravelmente o “herói providencial” no tipo do bandeirante de São Paulo. Do cruzamento do forte sangue português quinhentista, dos franceses, castelhanos e flamengos com as cunhãs, o mamaluco surgiu perfeitamente aparelhado para o seu destino histórico (PRADO, 2004, p.147).

Dentre todos os “heróis” que o autor ressalta, o maior bandeirante, e que para ele teve o papel mais importante nas bandeiras, foi Fernão Dias Pais Leme, que reuniu todas as características de mamaluco, sendo filho de membros da elite e de índios. Realizando numerosas expedições de grande importância, o bandeirante foi mais do que apenas um explorador,

mas também um empresário, que empreendia as missões de maneira organizada e consciente, o que consolidou sua fama e o tornou um bandeirante requisitado pela metrópole. Seu método de organização era com base no sistema de roças e celeiros o qual permitiu a exploração de novas terras sem falta de abastecimento (PRADO, 2004, p.190), possibilitando que as expedições fossem ainda mais longe e obtivessem mais sucesso.

O maior objetivo de Dias era o de encontrar esmeraldas, entretanto nunca conseguiu realizá-lo, apesar do grande sucesso de suas missões em outros aspectos. Em 1665, junto de outros famosos bandeirantes, Dias saiu na maior expedição que a metrópole contratou, sendo esta a sua última campanha. Nesta missão não encontraram as tão buscadas pedras preciosas, entretanto caminharam entre as reservas minerais que mudaram toda a economia colonial do século seguinte: as jazidas de ouro.

O Caminho do Mar foi o grande primeiro caminho aberto na capitania de São Vicente, mas como vimos, a consolidação das bandeiras fez que numerosas outras trilhas saindo de Piratininga fossem construídas, direcionadas a todas as regiões. A expedição de 1665 apesar de não ter cumprido seu objetivo central, abriu caminho para as futuras explorações para o interior da colônia. Foi o filho de Fernão Dias, Garcia Rodrigues Pais, que continuou o trabalho do pai tendo trabalhado na construção do Caminho das Minas, ligando o Rio de Janeiro ao interior mineiro. A consolidação em 1725 da rota direta entre a capital colonial, principal ponto de contato com a metrópole, e o tão cobiçado minério foi o marco para a exploração fanática que se iniciou a partir deste momento.

Com um caminho às minas que não passava mais por Piratininga, teve-se início o período, para Prado, da decadência da região. As bandeiras, que transformaram o paulista em “herói”, acabaram por despovoar as vilas de São Vicente, fazendo com a capitania perdesse toda a sua relevância no cenário colonial. Para o autor, em meados de 1740 sobraram na região apenas os fracos, fazendo com que o planalto vivesse períodos de fome:

Ao começar o século XIX o estado lastimável de decadência e aviltamento ainda continuava o mesmo na capitania de São Paulo. A lavoura, pequena e atrasada, consistia quase que exclusivamente no plantio de mantimentos; o algodão, cuja cultura já recomendava uma carta régia de 22 de novembro de 1766, mal dava para consumo local; o café quase desconhecido. Nos pastos malcuidados se criavam sobretudo porcos, que davam o célebre toucinho, remetido de Santos para Pernambuco, Bahia e para o reino. A indústria se limitava à fabricação em ponto pequeno de fazendas grossas de lã, tecidos e algodão para os escravos e chapéus de feltro branco (PRADO, 2004, p.166).

Sendo assim, o contexto econômico que marcava a fundação da província de São Paulo, em 1821, era de desempenho econômico vagaroso e modesto, com dinamismo inferior à das províncias do Norte e grande foco na produção para consumo local (PRADO, 2004, p.167). Fica claro a decadência da região e o papel central que as bandeiras paulistas tiveram para fazer a região atingir o seu auge, cenário que apenas se alterou na segunda metade do século XIX.

1.2.3 A regeneração trazida pelo café

Como falado anteriormente, São Paulo em seu início provinciano não teve destaque político e econômico a nível nacional. Para Prado é como se as qualidades da raça paulista estivessem adormecidas. Enquanto em outras regiões, já borbulhavam movimentos nacionalistas e revolucionários como em Minas Gerais e na Bahia nos séculos XVIII e XIX, na antiga capitania de São Vicente a população parecia submissa, tendo inclusive pouca participação nas movimentações pela independência (PRADO, 2004, p.172). O destino apenas mudou em 1856 quando foi autorizada a construção da estrada de ferro que ligaria Santos e Jundiaí, contando com a organização de Monte Alegre, Pimenta Bueno e o barão de Mauá. Mais uma vez Prado explorou o significado dos “caminhos” para desenvolvimento social e econômico das regiões.

A ascensão da cultura do café tomou forma no Brasil Império, e, assim como os ciclos econômicos e exploratórios anteriores, trouxeram diversos ganhos e desafios em sua exploração, alterando totalmente o ambiente e a política, assim como expõe o autor:

Como o índio, a prata, o ouro, as pedras preciosas, o gado, o café atraiu como imã os pioneiros para o interior profundo do território. Como se diz na gíria de hoje, foi também um bandeirante. Período idílico e heroico. Penetrou e desbravou as matas da orla atlântica, subiu o curso dos rios, alcançou as colinas do planalto paulista e, ainda nestes dias, desvenda e povoa imensas regiões de sertão brabo. Aliou-se neste começo ao negro: o café é o negro dizia-se. O fazendeiro fechou-se no círculo vicioso de que já falava Saint-Hilaire: comprava escravos para cultivar mais terras, adquiria terras para comprar mais negros. A escravidão (PRADO, 2004, p.203).

No começo desta era, o café, assim como o açúcar e ouro, também teve como base o uso da mão escrava, entretanto no momento de seu auge a abolição foi proclamada e mão de obra negra foi, em partes, substituída pelos imigrantes. Inclusive, como falamos anteriormente, a família Prado participou desse processo, incentivando a vinda de europeus para trabalharem nas fazendas que ocupavam o planalto paulista.

A subida rápida do preço internacional do produto e o câmbio desvalorizado fez com que rapidamente as plantações ganhassem todo o estado¹, expandindo cada vez mais para o oeste e suas terras roxas. A regeneração de São Paulo, que para Prado consiste principalmente na retomada da relevância do estado na economia e na política nacional, começou a andar rapidamente, os fazendeiros esquecidos nas vilas “abandonadas” de Piratininga, assim como na corrida do ouro, começaram a dedicar tudo que podiam no cultivo do café (PRADO, 2004, p.203), e logo o estado se tornou alicerce principal na exportação do produto pelo Brasil.

Em pouco tempo as grandes safras geraram uma abundância de produtos que acompanhado da queda dos preços trouxeram instabilidade à economia e a possibilidade da instauração uma crise. A saída tomada pelos fazendeiros e políticos foi o da valorização. Assim se iniciava um ciclo novo, do qual foi fruto o próprio autor. A ação do governo em comprar café ou estocá-lo fazia os preços subirem novamente e não deixava os fazendeiros no prejuízo. Quando novos momentos de superprodução ou queda nos preços aconteciam, a valorização forçada era realizada novamente fazendo com que o ciclo se tornasse vicioso. Prado ressalta que em vários momentos, pelas diversas políticas do governo, não se sabia ao certo quanto estava a saca do produto, vide as grandes oscilações de preço que ele tinha.

O café modificou completamente São Paulo, ultrapassando apenas aumento dos lucros dos produtores cafeeiros. Foi neste momento que a paisagem da antiga capitania se moldou por completo, consolidando a crescente urbanização de suas cidades. Neste ponto, que encerra sua obra regional, já conseguimos perceber uma visão pessimista do autor, que destaca que a natureza, que teve papel tão importante para moldar o caráter heroico do paulista, foi consumida e totalmente alterada pelo homem. Para ele, assim como o fim do paulista heroico, a paisagem quinhentista também desaparece, e a terra marcada por glórias e lutas do passado não é mais a mesma (PRADO, 2004, p.213). Ao fim, sobre a cultura cafeeira, da qual ele próprio foi produto, conclui:

Quem escreve estas linhas não pertence à Academia Brasileira de Letras do café. É um simples produtor, comissário e exportador. Só sabe plantar, colher, vender e embarcar o produto. É nessa múltipla qualidade que assiste, com angústia, o martírio do café, que perseguido, supertaxado, vilipendiado, poderá fazer um dia o que já fez o anil e está fazendo a borracha. Mudar de terra (PRADO, 2004, p.208).

¹ Após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, a Província de São Paulo se tornou o Estado de São Paulo.

Por fim, entendemos que para o autor o café foi apenas mais uma parte da dinâmica histórica, acompanhado de “martírio” em seus ciclos de valorização. Desta forma, não foi este momento o grande clímax e auge na história regional de seu estado, mas sim o mamaluco heroico. Por isto este período chamado por ele de regeneração, apesar de ter trazido muitas riquezas econômicas para São Paulo, é ainda visto com um tom pessimista, pois para Prado nem mesmo o café fez o paulista heroico reaparecer.

1.3 Sobre interpretação regional

1.3.1 Contexto e impacto

A historiografia brasileira é mais recente que a de países europeus, e quando o seu estudo teve início em terras coloniais este era dependente das pesquisas que já eram realizadas na metrópole. Apenas em 1838, já no período imperial, que tivemos o primeiro esforço institucional no país para fortalecer os historiadores com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no Rio de Janeiro por Dom Pedro II. A instituição, que funciona até os dias atuais, tem como objetivo coletar, organizar, publicar e arquivar os documentos que são importantes para história e geografia do Brasil.

Nas décadas seguintes outros institutos com o mesmo objetivo, só que em âmbitos regionais, foram criados nas províncias do Império: o de Pernambuco em 1862, o de Alagoas em 1869, o do Ceará em 1887, e do Bahia e o de São Paulo em 1894. Entretanto, apesar de terem os mesmos objetivos nem sempre o foco e linha teórica dos institutos provinciais eram as mesmas que a do nacional sobre a formação histórica das próprias regiões e do país, em especial quando comparado à visão da instituição paulista e a brasileira.

Os intelectuais paulistas do final do século XIX não se sentiam contemplados pelas discussões que até então aconteciam no Rio de Janeiro e tinham como objetivo escrever a história de São Paulo e reescrever história do Brasil (WALDMAN, 2009, p.106). Entre os fundadores e primeiros participantes do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) estavam apenas os membros de famílias relevantes, na política ou economia, e de profissões de prestígio, fazendo com que as discussões que a instituição tivesse correspondessem às visões e interesses da elite paulista, a qual naquele momento era destacar o papel da antiga capitania de São Vicente, e agora província de São Paulo, no processo de construção do Brasil:

Os historiadores de São Paulo não ocultam o propósito de redefinir de redefinir a história da nação, até então construída pelo IHGB, e buscam no passado fatos e vultos representativos da história de São Paulo para a construção de uma historiografia paulista, que ao mesmo tempo

desse conta do Brasil. O IHGSP pretende destacar e romancear, sob o signo da glória, a diferença, a particularidade paulista, sempre enfatizando, como no primeiro artigo da revista da instituição, que a “história de São Paulo é a própria do Brasil (WALDMAN, 2009, p.107).

A família Prado teve contato direto com o IGHSP em suas primeiras décadas, sendo que Antônio Prado foi um dos seus sócios fundadores e Paulo, Eduardo e Veridiana foram associados. Além de participantes, a Casa Prado, Chaves & Cia, empresa da família, foi uma das companhias que financiaram a instituição, da qual também fizeram parte outros relevantes nomes políticos, como prefeitos, deputados e até membros da República. Entretanto, como Waldman aponta, o historiador que foi seguido como exemplo e diversas vezes homenageado pelo Instituto paulista, assim como o pelo o IGHB e outros institutos regionais, foi Capistrano de Abreu, personagem que já citamos ter grande importância para Prado e que foi marcado por ser um intelectual renomado sem nunca ter feito parte da elite brasileira.

Capistrano nasceu em 1853 em Maranguape no Ceará e durante sua juventude transitou entre sua cidade natal, Fortaleza e Recife no Pernambuco. Os biógrafos do escritor sempre o registraram como uma pessoa autodidata e aficionado pela leitura, entretanto, apesar de ter começado os estudos preparatórios para cursar direito na Faculdade de Direito do Recife, não os concluiu e com isso também nunca conseguiu diploma de curso superior.

Na década de 1870 após retornar sua cidade natal, continuou a participar de reuniões de estudo de diversos intelectuais e foi nesse período que publicou seus primeiros textos. Em 1875 se mudou para o Rio de Janeiro, começando a trabalhar na Biblioteca Nacional onde, aos poucos, foi galgando seu espaço entre os intelectuais da cidade. Capistrano participou e ganhou diversos concursos de história e geografia sendo que os comentários ao seu respeito eram os de que seus trabalhos se destacavam dos demais pelo ineditismo e como uma forma única de tratar os temas com que lidava. Ele sempre focou em não apenas reconstituir os fatos, mas também interpretá-los utilizando o auxílio de outras disciplinas como a sociologia, antropologia e etnografia (WALDMAN, 2009, p.100).

Durante sua vida, o maior objetivo do autor cearense foi estudar a formação histórica brasileira, e a recontar de sua maneira. Diferente da maioria dos intelectuais da época ou dos demais historiadores que o antecederam, Capistrano de Abreu ficou marcado como homem simples, não fazia parte de famílias de prestígio e nem aspirava por isto, seu maior desejo era recontar a narrativa do país trazendo o foco da história brasileira para nosso território, não como uma simples continuação da história europeia, mas sim como um processo de formação próprio dando luz a personagens que até então não eram muito retratados, como os indígenas.

Além disso, apesar de ter tentado construir uma história única do Brasil, acabou apresentando uma visão fragmentada da construção da nacionalidade brasileira, levando em conta os diferentes núcleos de povoadamentos, os regionalismos e as condições geográficas do país (WALDMAN, 2009, p.102).

Capistrano ainda em vida já era considerado um dos mais importantes historiadores brasileiros, sendo tido como referência para o IHGB e o IHGSP, título que se mantém até os dias de hoje. Como vimos, Paulo Prado também teve um intenso relacionamento de aprendizado e admiração com o autor cearense, o qual influenciou diretamente toda sua obra. Prado o descreveu:

Capistrano no Brasil, foi o criador de uma Escola de história que não é somente o “livro de livros”, mas estudo completo e complexo do drama humano no correr dos tempos, desde a compreensão dos ritmos mundiais, das forças instintivas e conscientes que dirigem os homens e as aglomerações sociais, até o detalhe pitoresco, palpitante, do viver quotidiano nas épocas passadas. A tudo se estendia o seu insaciável desejo do saber: geografia, etnografia, etnologia, antropogeografia, cartografia, diplomacia, linguística... Queria assim penetrar mais fundo no mistério das coisas desaparecidas. Referindo-se por exemplo, à história dos nossos primeiros séculos, falava muitas vezes nas lendas obscuras dos roteiros e mapas desses tempos (PRADO, 2004, p.215).

Além de Capistrano, outros autores também tiveram grande influência na obra de Prado, apesar de não tão intensamente como seu “mestre”. Em diversas passagens de *Paulística* ele utilizou a ideia da decadência do português pós 1580, argumento que trouxe dos colegas portugueses que conviveu em conjunto do seu tio Eduardo em seu anos morando em Paris. O que mais se destaca dentre estes é Oliveira Martins, que nasceu em Lisboa em 1845. Foi do autor da Geração de 70 portuguesa cuja tese da decadência portuguesa Prado utilizou. Para Martins, a descoberta do novo mundo, quando trouxe a riqueza fácil para a Península Ibérica, disseminou um sentimento egoísta e de curto prazo na sociedade portuguesa e espanhola, que resultou na retomada da escravidão e tornou a aristocracia focada no enriquecimento rápido e “desespiritualizada”. A decadência dos dois países se completou com o foco no jesuitismo e a monarquia pautada na lógica do ouro (BERRIEL, 2013, p.174).

A Semana de Arte Moderna e o modernismo, como já comentado, marcaram o contexto principal de criação da obra de Prado. Segundo autores e artistas que participaram do modernismo, o evento fez com que pela primeira vez a cidade industrial de São Paulo começasse a se importar com uma arte verdadeiramente nacional, que representasse a cultura local sem imitar movimentos culturais internacionais. Existiram alguns grupos críticos ao

evento, entretanto Prado acreditava que estas opiniões contrárias à Semana de Arte Moderna representavam o sentimento de dependência europeia que ainda imperava em grande parte da população brasileira. Para ele, o Brasil não só copiava as ideias europeias como fazia isso com atraso, absorvendo movimentos já ultrapassados na Europa, como o Romantismo Brasileiro, tema que ele aborda em *Retrato do Brasil* e que veremos no próximo capítulo dessa pesquisa. Para ele era necessário não só acertar o relógio, mas principalmente descartar o ato de cópia, colocando as produções brasileiras em pé de igualdade com o que era realizado no estrangeiro (BERRIEL, 2013, p.102).

O modernismo para Prado, e seus demais autores, foi como o movimento de renascença brasileiro, fazendo com que se abandonassem o romantismo e parnasianismo que até então estava em voga no Brasil. Assim como a ruptura artística, esse movimento também deveria acompanhar um novo momento nas instituições, política e economia do país, gerando uma sociedade mais autônoma a forças externas.

Exposto isso, temos o contexto que levou à concepção de *Paulística*, e posteriormente *Retrato do Brasil*. Do contato com o IHGSP Prado absorveu a visão de recontar a história de São Paulo como a própria do Brasil, do Capistrano o seu método e vocação para historiografia, da Geração de 70 o conceito nacionalista e a teoria de decadência da Península Ibérica pós 1580, e da Semana de Arte Moderna e do modernismo a estética literária e a busca por uma perspectiva autenticamente brasileira.

Os estímulos que concretizaram a escrita da obra regional foi um pedido de Washington Luis, presidente do estado de São Paulo entre 1920 e 1924, de entender melhor a história do estado para a expansão da malha rodoviária paulista. A princípio, Prado atuou como facilitador do contato entre Washington e Capistrano os quais trocaram algumas cartas. Nestas cartas o autor cearense já fazia muitas referências ao que sabia do Caminho do Mar, e foi a partir disto que mesmo após o fim do contato com o governo do estado o escritor continuou incentivando Prado a escrever um artigo sobre assunto, o qual gerou o primeiro e mais importante ensaio que compõe *Paulística* (WALDMAN, 2009, p.115).

Apesar de a primeira edição da obra lançada em 1925 não ter gerado grande impacto entre os intelectuais da época, ela recebeu críticas importantes de relevantes autores do período. Oswald de Andrade, em carta a Paulo Prado, elogiou a boa escrita e a tese da obra². Mário de

² Carta inédita de Oswald de Andrade à Paulo Prado, escrita a bordo de um navio da The Royal Mail Steam Packet Company a caminho da Europa, 1925 em PRADO, 2004.

Andrade elogiou a forma de escrever de Prado, colocando como única divergência o tema das Bandeiras, o qual não concordava com a visão do autor e de Capistrano³. Tristão de Ataíde também o enalteceu, ressaltando que o autor estava mudado, gostando da nova fase do autor dedicada ao estudo da história (ATAÍDE, 1927). Por fim, Lívio Xavier, dentre essas quatro críticas teceu os comentários mais negativos, apesar de concordar com sua análise sobre a frágil unidade nacional considerou que ela poderia ser mais aprofundada e ressaltou o tom moralista, e até mesmo racista, que a obra apresenta em alguns momentos (XAVIER, 1934), assim como questionou no lançamento da segunda edição da obra em 1934:

Não seria demais pedir ao sr. Paulo Prado, cioso da tradição de Capistrano de Abreu, maiores precisões? Queremos crer que não, uma vez que, ao contrário do historiador das nossas origens (Capistrano), o autor da *Paulística* se anima a *moralizar* o resultado das suas pesquisas, ainda mesmo de modo indefinido, com traços de racismo, temperando o seu nacionalismo com a benevolência de um cético (XAVIER, 1934).

1.3.2 A tese sobre a província

No primeiro prefácio de *Paulística*, lançado com sua primeira edição, Paulo Prado reafirma que a obra só existiu pelo contato com Capistrano, sendo até o nome dado ao livro ideia dele. Prado também acrescenta que foi o contato com o historiador que consolidou seu interesse pela história nacional, além do entusiasmo pela história paulista que até então pouco havia sido estudada. Além da motivação em escrever, ele também absorveu o “método” do seu mestre: diferenciando o processo de documentação dos fatos da interpretação da subjetividade histórica.

O método de estudo de Capistrano também incluía a separação em duas histórias distintas, mas que se complementam: a “íntima” e a “externa”. A história íntima é a da análise específica de localidades da colônia e da nação, dos costumes das diferentes regiões e das economias locais, e a forma como estes desenvolvimentos de diferentes núcleos de povoamentos regionais formaram o país. A história externa por sua vez trata de analisar todo o território de maneira geral como uma única colônia portuguesa, entendendo como ocorreu o seu progresso levando em conta o exercício político, econômico e social da colônia e do governo metropolitano (WALDMAN, 2009, p.113). Apesar de em sua segunda obra Prado ter optado por uma abordagem mais ligada à história “externa”, na maior parte da sua vida e em *Paulística* optou pela pesquisa da história “íntima”, empregando seus esforços no estudo do

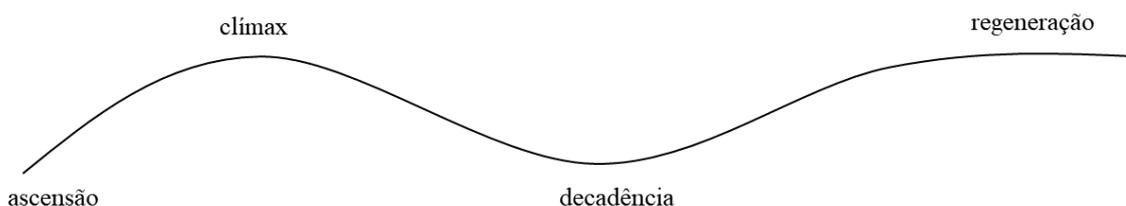
³ Carta inédita de Mário de Andrade à Paulo Prado, 1925 em PRADO, 2004.

regionalismo de São Paulo. Este trecho do Prefácio da primeira edição explicita os questionamentos ligados à história “íntima” que direcionam a obra:

Houve realmente uma ‘raça paulista’, na incerteza atual da ciência sobre a noção exata do que é uma raça, desde o processo já velho das medidas cranianas até as últimas pesquisas biológicas sobre a composição química do sangue? Qual o resultado da seleção telúrica na formação étnica do habitante do nosso altiplano? Que impulso subconsciente lançava os bandos aventureiros para o interior da terra desconhecida? (...) Qual a causa social ou econômica do antagonismo e aversão seculares que separavam os paulistas dos padres da Companhia, depois meio século de adesão fervorosa? Esses, e mil outros problemas, pedem solução para que se possa elucidar o desenvolvimento étnico e histórico de São Paulo (PRADO, 2004, p.59).

Os problemas apresentados e tratados em sua obra são sintetizados em três pontos principais por Berriel: 1) as origens da população do planalto paulista e o seu cruzamento; 2) o caldeamento das raças e sub-raças; 3) o modo pelo qual se desenvolveram no meio especial que o cercavam (BERRIEL, 2013, p.162). O autor ainda acrescenta que estas três questões permearam todos os ensaios de *Paulística*, com cada um deles buscando trazer uma nova perspectiva ou argumento sobre a teoria central de Prado sobre a história de São Paulo. Por também influência de Capistrano, Prado dividiu sua tese da formação histórica paulista em quatro fases, com a primeira se iniciando com a fundação de São Vicente em 1532 e última perdurando até os dias em que o autor escreveu. Os períodos podem ser representados pelo traçado:

Figura 1 – Fases da História Paulista⁴



Como exposto pela imagem, as quatro fases são: a ascensão; o clímax, a decadência e a regeneração. A ascensão foi o período inicial de consolidação da capitania de São Vicente e a formação da Vila Piratininga no planalto, com difícil contato com o litoral via Caminho do Mar. O clímax foi a consequência deste isolamento da região do planalto, o qual gerou o mamaluco e o movimento bandeirante, sendo estes os responsáveis principais pela exploração e descoberta

⁴ Reprodução da imagem contida no Prefácio da 1ª edição de *Paulística* – PRADO, 2004, p.59.

do interior da colônia. A fase da decadência veio com a febre do ouro, que despovoou a vila de São Paulo, a qual por fim se regenerou com o apogeu da economia cafeeira.

Ao iniciar *Paulística* com o ensaio “O Caminho Do Mar”, Prado já expõe sua ideia principal, que como já falado acompanha toda sua obra. Foram as características restritivas do caminho serra acima da capitania de São Vicente que criaram um “centro de isolamento” no planalto, onde veio a se fundar a Vila de Piratininga. O conceito de “centro de isolamento” que Prado utilizou, a qual tem como base a teoria do famoso geógrafo e etnólogo Friedrich Ratzel, esquematiza um processo de evolução onde as características individuais de diferentes etnias que começaram a conviver em conjunto vão se mesclando e sendo niveladas pelos indivíduos conforme estes vão se reproduzindo e interagindo com o meio os quais estão inseridos (BERRIEL, 2013, p.169). O meio foi o do planalto isolado da Vila de Piratininga e as diferentes “etnias” foram a do indígena e a do português

O isolamento do local permitiu então a criação do mamaluco, que somou a agilidade e entendimento da mata pelo índio e o conhecimento, audácia e civilidade do português pré-1580. Neste ponto, Berriel aponta que é onde Prado soma a teoria de Capistrano, dos caminhos, com a teoria de Oliveira Martins, sobre a decadência da Península Ibérica (BERRIEL, 2013, p.170). O mamaluco, como já mostrado anteriormente, é visto como um herói por Prado e foi ele o personagem principal que possibilitou o clímax que a capitania viveu. Vale ressaltar, que o autor ainda destaca um terceiro grupo com grande importância na formação do mamaluco: os judeus. Foi na vila isolada do planalto que a população hebraica conquistou seu melhor acampamento na colônia, visto que nela as missões do Santo Ofício nunca conseguiram ter muita força, e deles foram tomadas as características de inteligência e ambição, na “raça paulista” que estava se formando (PRADO, 2004, p.126).

Se o agente que trouxe o clímax da evolução paulista foi o mamaluco, o meio foram as bandeiras. As expedições incorporavam muito bem todas as características heroicas do mamaluco que Prado apresenta, além de demonstrarem a força, autonomia e insubmissão do paulista desde seus primórdios. Nesse sentido, o auge que o autor pontua não tem um caráter necessariamente econômico, pois, para ele, o momento de protagonismo da região era definido pelas centenas de missões bem-sucedidas, que expandiram as fronteiras não só de São Paulo como de todo território brasileiro.

O momento de declínio, que foi resultado indireto do auge das bandeiras, é apontado por Prado como principal momento de despovoamento e “sedentarismo” do mamaluco, e

quando o paulista aventureiro e independente se tornou o “Jeca Tatu”, personagem da obra de Monteiro Lobato que representa o caipira brasileiro que vivia em condições precárias no meio rural (WALDMAN, 2009, p.119). Esta “crise” que viveu São Paulo também não foi consequência de motivos essencialmente econômicos. Apesar de, em algumas passagens, Prado apontar que este foi um período de escassez de alimentos e de baixa atividade comercial e produtiva, este não é o ponto central para ele, mas sim a perda de representatividade política e a perda do caráter heroico do paulista, além do fato de o paulista ter se tornado “submisso” pela primeira vez ao governo central. O corajoso aventureiro se tornou um pequeno agricultor, como expõe:

A terra rica e o viver fácil transformaram lentamente o aventureiro dos primeiros tempos coloniais no agricultor, pesadão e desconfiado, e no pálido caboclo, vítima, como antepassado índio, do álcool, da doença e do faquirismo indolente. O mamaluco incansável, fragueiro, ágil e artiloso, será o Jeca, do escritor paulista (PRADO, 2004, p.90).

Embora as três primeiras fases da evolução histórica de São Paulo de Prado não tenham sido definidas por motivos econômicos, a sua regeneração foi. O retorno da relevância e independência do paulista se deu pelo sucesso no empreendimento da cultura cafeeira. O segundo auge de São Paulo foi definido por seu desenvolvimento econômico, se tornando polo produtivo e exportador do país, quando conseguiu inclusive influenciar a política do governo central, controlando as medidas de valorização de preço do café.

Entretanto, esse segundo auge da história paulista não é visto com tanto êxito por Prado. Mesmo com o crescimento da economia de São Paulo, e com o nascente processo de industrialização, não significa para ele que o mamaluco voltou com todas as suas características heroicas que resultaram nas bandeiras e na sua insubmissão. Desta forma, novamente o aspecto mais importante para Prado na definição sucesso do período histórico foi o político e cultural, sendo o caráter econômico algo que isoladamente não representava o verdadeiro triunfo da região. O trecho conclui:

Do tipo ancestral falta, porém, ao paulista moderno, a ânsia de liberdade e independência que deu um cunho tão característico ao habitante da velha capitania. O amor e a devoção ao poder, herdados da estúpida tirania dos governadores do século XVIII, completaram a obra de decadência que se iniciara nos primeiros quartéis desse século pelo fenômeno dispersivo da desaglomeração individualista e que tinha transformado o pioneiro e aventureiro em povoador, mineiro ou fazendeiro. O velho paulista, “amantíssimo de liberdade”, aos poucos se mudara no arrivista pacífico, que a tudo antepõe a paz submissa e o duvidoso enriquecimento (PRADO, 2004, p.91).

Como o próprio autor define: *Paulística* é puro regionalismo (PRADO, 2004, p.54). Entretanto, apesar do foco ser completo na história de formação de São Paulo e da “raça paulista”, a obra já cumpre um primeiro papel no objetivo de Paulo Prado de recontar a história do Brasil como fruto da história paulista. Nestes primeiros ensaios do autor já estão sua tese principal, a qual serviu de base para a sua interpretação nacional e também para a sua visão sobre qual deveria ser o andamento político do país no período em que escreveu, o que será discutido no próximo capítulo.

Capítulo II: Da província à nação: a interpretação nacional

2.1 A segunda obra

A década de 1920, além de lembrada pela Semana de Arte Moderna também foi marcada por grande agitação política e econômica. Os movimentos ligados ao tenentismo, iniciados pela Revolta dos 18 do Forte Copacabana em 1922, se espalharam pelo Brasil marcando a insatisfação de grupos militares com a política do café com leite, chegaram à São Paulo com a Revolta Paulista em 1924 e percorreram o país com Coluna Prestes entre 1924 e 1927. Em 1929 o *crash* na bolsa de valores de Nova York iniciou a grande depressão, impactando todo o mundo e, no Brasil, estabelecendo o fim da política de valorização do café. Era o fim da primeira república.

Foi no fim desta convulsionada década que as ideias de Paulo Prado sobre a nação publicados na *Revista do Brasil* se condensaram em sua segunda obra *Retrato do Brasil* em 1928, carregando em seu título uma definição que, para muitos, se fez negativa: “Ensaio sobre a tristeza brasileira” (FERRAZ, 1958). A relevância da sua interpretação sobre o país se deu não somente no que seu trabalho conta sobre a história brasileira, mas sim como ela transmite as diversas ideias do período em que foi escrito.

A segunda obra de Prado divide-se em duas partes: a primeira com quatro capítulos nos quais descreve em caráter histórico a formação do Brasil sob a ótica da permanência da “tristeza”; e a segunda parte, escrita após o lançamento do livro, com um relato de opiniões e perspectivas do autor sobre a política brasileira. Carlos Augusto Calil resume como:

O desafio que enfrenta com sua segunda obra era o de sustentar uma tese arbitrária, a permanência da tristeza como caráter brasileiro, que tomara de empréstimo a mais de um autor histórico - principalmente Anchieta, frei Vicente do Salvador, Martius (CALIL, 2009, p.139).

Nesta primeira parte, o autor deixa evidente o viés cristão de sua visão sobre a formação social brasileira com base em dois pecados: a cobiça e a luxúria. A estética poética que já era presente em sua primeira obra foi intensificada nesta, além de um maior pessimismo. Entretanto sobre este segundo aspecto, não podemos taxá-lo simplesmente como uma visão romântica e imóvel do passado, mas sim como uma forma de pensar o futuro e inclusive questionar a sua posição na sociedade. No seu texto *post scriptum*, que compõe a segunda parte da obra, deixou claras suas ideias e sua crítica política, e ao fim, pôde se vangloriar de ter previsto a revolução de 1930, apesar de se decepcionar com ela alguns anos após o seu acontecimento.

Em *Retrato do Brasil*, assim como em *Paulística*, estão presentes os aspectos que demonstram como os diferentes perfis do autor se conversavam: o método e a paixão pela historiografia de Capistrano de Abreu: os seus interesses de classe fruto do seu berço oligárquico, os ideais da Geração de 70 lusitana e a estética modernista de sua participação na Semana de Arte de Moderna. Sua escrita trouxe uma forma não comum de interpretar a história brasileira sendo reflexo do personagem curioso que foi em vida, assim como pontuou Gilberto Freyre:

Curiosa figura a desse a Paulo Prado, amigo do velho Henry Shorto e capaz de discutir durante horas, com banqueiros e fazendeiros, os pormenores mais prosaicos de problemas do café paulista e, ao mesmo tempo, procurado para as mais platônicas conversas deste mundo por velhos esquisitões, da marca de Capistrano de Abreu, por modernistas do arrojo experimental de Mário de Andrade, por pintores da audácia poética de Cícero Dias. Quem daqui a meio século estudar a personalidade e a vida de Paulo Prado se espantará decerto ao ver seu nome associado ao mesmo tempo ao “movimento modernista” e ao Departamento Nacional do Café (FREYRE, 1981, p.92).

2.2 Retrato do Brasil

2.2.1 A formação social brasileira e seus dois pecados

Numa terra radiosa, vive um povo triste. Legaram-lhe essa melancolia os descobridores que a revelaram ao mundo a povoaram (PRADO, 2012, p.39).

Com este trecho, Paulo Prado iniciou sua segunda obra. Nele já fica evidente a interpretação pessimista sobre a formação nacional brasileira, marcada pela tristeza. Os dois primeiros capítulos são chamados de “A luxúria” e “A cobiça”, que para ele foram as duas características principais que moldaram o português colonizador e a sua forma de exploração.

Esta visão demonstra uma certa moral cristã do autor, que é exemplificada por suas considerações sobre o movimento Renascentista que, para o autor, distorceu os valores religiosos que haviam trazido frutos na idade média. O homem do Renascimento teve uma nova forma de pensar e sentir, ansiando muito mais pela sua liberdade individual e questionando as negativas da igreja, como o que era certo e o que era pecado (PRADO, 2012, p.39-40).

Ao chegar na América o homem europeu imaginou que pudesse estar no paraíso. O clima de primavera constante que contrastava com o frio europeu, a mata que não se acabava, os animais desconhecidos e um povo “selvagem” que vivia livre das leis do velho continente. O cenário, que lembrava a passagem bíblica do Jardim do Éden, foi contexto único para

florescer os “pecados” dos viajantes que chegaram ao local, sendo a luxúria o primeiro pecado que marcou a expedição do colonizador português.

As centenas de homens brancos que chegaram às terras americanas se deparam com a mulher indígena que, diferente da europeia, vivia imersa em uma cultura totalmente distinta na qual os corpos andavam nus e livres pelas matas, algo que para eles causou espanto e desejo simultaneamente. Para Prado, o europeu teve a tentação de realizar na terra recém descoberta as fantasias que na Europa a religião tratava por controlar. Neste novo mundo, longe da sociedade “civilizada”, não existiam ainda regras aos moldes europeus e eles podiam fazer tudo aquilo que tivessem vontade.

Logo os aventureiros em suas explorações entre as capitanias esparsas que foram se constituindo se tomaram pelo contato com o povo indígena, e não apenas uma relação de confrontos e comércio se instituiu, mas também de relações sexuais, as quais rapidamente iniciaram a mestiçagem do povo brasileiro. Prado ressalta os inúmeros casos de “pecados sexuais” que houve, que eram praticados seja pelos líderes, pelos membros da nobreza, pelos pobres aventureiros e inclusive por próprio membros da igreja, onde o estupro, apesar de Prado não colocar nestes termos, das mulheres indígenas e negras se tornou algo comum. Ele expõe:

Do contato dessa sensualidade com o desregramento e a dissolução do conquistador europeu surgiram as nossas primitivas populações mestiças. Terra de todos os vícios e de todos os crimes. Segundo o próprio testemunho dos escritores portugueses contemporâneos, a imoralidade dos primeiros colonos era espantosa e excedia toda medida (PRADO, 2012, p.54).

Desta forma, apesar de certa maneira o autor romantizar a violência sofrida pelas mulheres na época, sua visão ainda é de reprovação. Apesar de ver a miscigenação como algo positivo, principalmente do mamaluco como retratado em *Paulística*, Prado coloca o comportamento luxurioso do português como uma das causas da colonização desorganizada da colônia portuguesa. Portugal não teve como foco o desenvolvimento de uma civilização europeia em sua colônia, mas simplesmente optou por utilizá-la como forma de enriquecimento rápido, enquanto juntamente se deixou levar pelo comportamento lascivo na terra que estimulava a imoralidade.

Prado ilustra a situação de depravação dos colonizadores retomando diversas cartas e documentos de padres portugueses. O jesuíta Manuel da Nóbrega, em uma de suas cartas ao rei de Portugal, expressou sua visão de que faltavam mulheres as quais o português pudesse casar, tendo chegado a pedir o envio de órfãs brancas ao novo mundo para constituírem família com

os homens que lá estavam e os apartar do pecado que a terra que estavam os acometia (PRADO, 2012, p.55).

Entretanto, apesar do esplendor tropical da colônia ter tido grande papel em fazer o colonizador cair na luxúria, na visão do autor a maioria destes não se importavam com a radiosa natureza que os cercava, pois, para eles, apenas as especiarias e produtos comerciais tinham valor. Os portugueses não tinham amor algum à terra em que estavam e esperavam ganhar riquezas para desfrutar em sua terra natal. Apenas a “gente da Renascença” ou “do crime” não queria mais voltar, pois para Prado estes já tinham abandonado a civilidade europeia (PRADO, 2012, p.62). A consequência deste comportamento, e do não planejamento do Império português em relação às suas colônias, tornou o “Brasil” em uma “terra sem lei” em suas primeiras décadas. Da mesma forma que ele foi encontrado ao acaso, a exploração do território também foi deixada ao acaso. Só vinham ao “Brasil” aventureiros e mercenários (IBIDEM, p.64), e não houve neste primeiro momento qualquer grande missão planejada, seja com finalidade de povoamento no longo prazo ou para fins econômicos que não fossem extrativistas.

A Espanha nesta mesma época também já havia chegado às terras americanas e possuía diversas áreas de exploração. Nas colônias espanholas rapidamente se encontraram minérios, como ouro e prata, e, no entorno, da prática de extração se desenvolveu um plano para a exploração colonial. Os portugueses buscavam essas mesmas riquezas em sua maior colônia, entretanto as dificuldades eram outras e, até então, pouco resultado tinha sido alcançado. Nesse ponto que Prado insere o segundo pecado cometido pelo português colonizador: a cobiça. A ganância deste foi causadora de uma vontade absoluta por ganhos rápidos com baixo investimento e esforço, um pensamento de curto prazo que fez com que nenhuma estratégia concreta de exploração do território e de outras atividades econômicas fosse estabelecido por Portugal.

Somente em meados de 1550 que o processo de colonização se intensificou na colônia portuguesa, projeto liderado pelo primeiro governador-geral Tomé de Sousa. O processo de descoberta do território foi levado à frente por diversos movimentos bandeirantes, que se espalharam por todas as regiões, de bandeiras paulistas a bandeiras amazônicas. Com as bandeiras a atividade agrícola ganhou destaque, principalmente porque era necessária uma base da qual saíam as expedições, e rapidamente se formaram diversas fazendas produzindo alimentos para subsistência da população local. O gado também foi trazido à colônia dando início a produção pecuária em diversos locais que já estavam sendo povoados. Foi somente com a produção agrícola que as expedições dos bandeirantes puderam se fortalecer, pois era preciso

alimento que sustentasse os bandeirantes em suas expedições ao interior da terra ainda desconhecida.

Das fazendas criadas para subsistência se destacou o início da cultura açucareira, com a formação de centenas de engenhos destinados a produzir grandes quantidades de açúcar para exportação. Entretanto, para Prado, apesar da consolidação da economia da cana-de-açúcar como grande fonte de riquezas para metrópole, não foi ela que saciou a cobiça de Portugal. A busca pelo ouro continuou e a aspiração das missões exploratórias na colônia portuguesa só crescia. Por ainda muito tempo, as minas continuaram apenas como uma promessa, e as únicas descobertas encontradas pelos bandeirantes eram mais aldeias e tribos indígenas, as quais lentamente foram dizimadas (PRADO, 2012, p.70).

Durante os dois primeiros séculos da colônia todo esforço em busca do ouro tinha sido inócuo e nenhuma das expedições até então teve resultado. A busca desvairada pelo metal não era algo que podia ser explicado apenas de maneira racional, para o autor estes exploradores eram vítimas de uma espécie de loucura e vício pelo jogo, presos em um contínuo sonho de esperança. O dia de seguinte de buscas poderia compensar dezenas de anos de trabalho (PRADO, 2012, p.81). Por isso, a febre do ouro foi fruto do sentimento da cobiça e não resultado de um planejamento econômico por parte da metrópole, sendo que apenas os homens da igreja, padres e jesuítas, e os homens envolvidos com a burocracia local que escaparam dessa obsessão.

Paulo Prado, no segundo capítulo de *Retrato do Brasil*, ressalta a importância e peculiaridade das bandeiras paulistas para a formação do país, reafirmando aspectos de sua tese exposta em *Paulística*. Durante o século XVII, o anseio em encontrar ouro estimulava o movimento, e as bandeiras foram se tornando cada vez mais numerosas, organizando-se principalmente a partir de São Vicente e da Serra do Mar. Entretanto, foi apenas no século seguinte com uma expedição liderada por Fernão Dias que os bandeirantes enfim descobriram a mais importante reserva de ouro do território, ultrapassando as barreiras que a natureza tinha imposto e que atrasaram tanto a descoberta. A febre do ouro contaminou toda a colônia.

Em pouco tempo a notícia se espalhou e o ouro que estava à céu aberto logo começou a ser extraído. Imigrantes, aventureiros, exploradores e bandidos rumaram as minas e logo o impacto foi sentido em toda colônia. As condições de qualidade de vida da população se deterioraram, ocorrendo um despovoamento nas demais atividades econômicas e causando, em um primeiro momento, falta de alimentos, o que provocou uma situação de caos. Enquanto isso

mais pessoas de todos os cantos da colônia, e até de outras partes do mundo, chegavam para tentar a sorte nas minas gerais. A metrópole se beneficiou intensamente deste momento e recebeu pelo fisco a maior parte das parcelas de ouro extraído, enriquecendo toda nobreza e corte real do Rio de Janeiro e de Lisboa.

A era do ouro teve seu declínio na segunda metade do século XVIII com o esgotamento das reservas, e logo, todos os mineradores que ainda trabalhavam nas minas gerais tiveram que encontrar novas ocupações. O fim deste período deixou um número gigantesco de desocupados e uma região abandonada, com toda a economia criada para suportar a extração do metal destruída.

Em Portugal a situação também não era favorável, a administração pombalina conseguiu organizar por um tempo a produção colonial e reter a riqueza gerada pelo ouro brasileiro, entretanto, alguns anos após a queda de Pombal a breve situação de prosperidade tinha acabado e o país estava sem dinheiro, sem exército e entregue à Inglaterra na guerra contra a França. Faltou à Portugal saber como executar seu papel de metrópole desenvolvendo suas colônias. Para Prado, quis ganhar riquezas sem realmente trabalhar (PRADO, 2012, p. 87). A vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808 marca de vez o insucesso de Portugal em administrar seus territórios, desperdiçando todo ouro que conseguiu e perdendo a relevância política internacional que teve em épocas anteriores.

O encerramento deste ciclo também foi marcado pelo fim das bandeiras, as quais já estavam enfraquecidas desde o começo da febre do ouro no final do século XVII, realizando ainda poucas expedições em direção à região centro-oeste do território brasileiro na segunda metade do século XVIII. Sobre elas Prado sintetiza:

Juntos aos novos descobertos vinha, porém, morrer enfraquecida, mas sempre alucinada, a bandeira. Conservava, como desde os tempos piratininganos, os traços característicos da sua formação: Interesse, Dinamismo, Energia, Curiosidade, Ambição. Faltavam-lhe os estimulantes afetivos de ordem moral e os de atividade mental. Nunca souberam transformar em gozo a riqueza conquistada. A sua energia intensiva e extensiva concentrava-se num sonho de enriquecimento que durou séculos, mas sempre enganador e fugidio. Com essa ilusão, vinha morrer sofrendo da mesma fome, da mesma sede, da mesma loucura. Ouro. Ouro. Ouro.

Cobiça (PRADO, 2012, p.89).

As riquezas que se conseguiram neste período não foram utilizadas para construção de uma nação estruturada economicamente e socialmente no longo prazo, mas sim mal aproveitadas pela cobiça e luxúria do colonizador. O não planejamento da exploração pela

metrópole, a busca insana pelo ouro e o desperdício da riqueza extraída por Portugal foram os maiores representantes disto. Ao fim, podemos dizer que para Paulo Prado a única organização estruturada e com grandes resultados positivos desse período na colônia portuguesa foram as bandeiras, entretanto nem o caráter heroico destas conseguiu vencer os pecados do português.

2.2.2 O diagnóstico de tristeza

Para Paulo Prado existem povos alegres e povos tristes, sendo que o mesmo país pode abrigar os dois tipos de populações em diferentes regiões de seu território. Henry Thomas Buckle⁵, historiador positivista inglês, enfatizou em sua obra condicionantes geográficos como determinantes de aspectos sociais, destacando o clima como fator que diferencia a felicidade ou soturnidade de uma sociedade, como por exemplo regiões frias que podem causar características infelizes aos seus residentes (PRADO, 2012, p.98). Entretanto, apesar de Prado utilizar Buckle como referência em sua obra ele deu como exemplo de povos felizes os ingleses, os alemães e os nórdicos, pois por trás de seus semblantes sérios e frios viviam satisfeitos com a vida equilibrada que tinham. Estes povos pareciam ainda mais alegres se comparados ao Brasil, o que demonstra como para o autor a tristeza do brasileiro era específica e tão intensa, vide que nem o clima tropical do país conseguiu se sobressair a luxúria e a cobiça, como ilustra:

No Brasil à tristeza sucedeu à intensa vida sexual do colono, desviada para as perversões eróticas, e de um fundo acentuadamente atávico. Por sua vez a cobiça é uma entidade mórbida, uma doença do espírito, com seus sintomas, suas causas e evolução. Pode absorver toda a energia psíquica, sem remédios para o seu desenvolvimento sem cura para os seus males. Entre nós, por séculos, foi a paixão insatisfeita, convertida em ideia fixa pela própria decepção que a seguia. Absorveu toda a atividade dinâmica do colono aventureiro, sem que nunca lhe desse a saciedade da riqueza ou a simples tranquilidade da meta atingida. No anseio da procura afanosa na desilusão do ouro, esse sentimento é também melancólico, pela inutilidade do esforço e pelo ressaibo da desilusão.

Luxúria, cobiça: melancolia (PRADO, 2012, p.97-98).

A decepção com os resultados da cobiça pelo ouro e com a superficialidade das perversões luxuriosas findaram na melancolia do brasileiro. Porém, não foram apenas estes sentimentos que fortaleceram a tristeza deste povo, Prado apresenta também o papel do

⁵ Henry Thomas Buckle (1822-62) foi um historiador positivista inglês autor da obra *História da Civilização na Inglaterra*. O autor exerceu grande influência sobre intelectuais brasileiros no final do século XIX e começo do século XX.

romantismo como causa e consequência da permanência deste traço até os dias em que ele escreveu.

O romantismo para ele, ou o mal romântico, foi como uma doença que também acometeu a sociedade no Brasil, em especial das classes mais abastadas. A definição de romantismo é complexa e pode significar tanto o caráter do movimento literário, filosófico e artístico do século XVIII, quanto um sentimento. Para Prado os dois sentidos valem na interpretação do Brasil, tanto o que se refere ao lirismo sentimental, pessimista e nacionalista quanto ao que se refere à afirmação de generosidade, de ardor e de fé no espírito humano (PRADO, 2012, p.114). Com Jean-Jacques Rousseau⁶, um inspirador do movimento romântico no século XIX, os movimentos libertários e de igualdade humana que se iniciaram na Europa encontraram seu respaldo filosófico e em décadas desembarcaram na América, começando pelos Estados Unidos com sua declaração de independência.

No Brasil os ideais de Rousseau chegaram com a família real em 1808, primeiramente no campo literário e em seguida no campo político, do qual Prado cita como exemplo a Revolução Pernambucana de 1817. Acompanhando a corte, emigraram de Lisboa para o Rio de Janeiro, e se espalharam pelo Brasil, dezenas de escritores, arquitetos, artistas e políticos que tentaram reproduzir na terra tropical sua arte e política aos moldes do que era feito na Europa. Dois centros intelectuais se criaram e fortaleceram como reprodutores do movimento: as faculdade de direito de Olinda e de São Paulo. Juntas as duas escolas formaram uma leva de intelectuais propagadores do romantismo, em todas as esferas da política e da arte.

O país nasceu assim sobre a invocação dos discursos e das belas palavras do mal romântico europeu, entretanto para Prado de forma mais intensa e estranha (PRADO, 2012, p.118). Para ele apenas restou ao Brasil o pior do romantismo, e por isso esta é mais doença agravante da tristeza brasileira. Os seus poetas e políticos que tomaram a vida a prática após formados levaram consigo uma visão idealizada, e pessimista, desconexa do mundo real, como sintetiza:

No Brasil, do desvario dos nossos poetas e da altiloquência dos oradores, restou-nos o desequilíbrio que separa o lirismo romântico da positividade da vida moderna e das forças vivas e inteligentes que constituem a realidade social. Hipertrofia da imaginação e da sensibilidade, e pela lei das reações que todo excesso se paga, misantropia e pessimismo. São dois característicos

⁶ Jean Jacques Rousseau (1712-1778) foi um filósofo social e escritor suíço, sendo um dos principais intelectuais do iluminismo, liberalismo político e romantismo. Sua obra principal, "O Contrato Social", teve grande impacto político na Revolução Francesa.

do mal do século. O romântico adora a própria dor. É a fonte mais abundante da sua inspiração (PRADO, 2012, p.125).

O romantismo cegou os seus intelectuais das mazelas reais do país ao mesmo tempo que intensificou a melancolia causada pela luxúria e cobiça. O mal romântico brasileiro também não conseguiu criar um sentimento nacional genuíno para o autor, apesar do nacionalismo ser marca do movimento na Europa. Os únicos momentos que para ele houve alguma união da nação em torno de alguma causa foi na luta contra a invasão holandesa e na expansão territorial das bandeiras. Em outros momentos o português que vinha à colônia vivia uma espécie de purgatório, pensando sempre no retorno para sua terra além do mar, pois o território brasileiro nunca foi para ele a sua pátria.

O Brasil se tornou país e separou de sua metrópole sem antes se tornar uma nação, com uma sociedade constituída como um “simples aglomerado de moléculas humanas” (PRADO, 2012, p.101). O povo vivia triste e doente, sem qualquer estrutura e sem qualquer auxílio humano, sendo que os únicos dois elos que ligavam as pessoas na época eram a língua e a religião. O nacionalismo do romantismo brasileiro não conseguiu mudar isso mesmo no século XIX. Prado exemplifica que os Estados Unidos, diferentemente por sua colonização inglesa de rebeldes pela liberdade e radicais moldados pela rigidez da lei puritana, tiveram como objetivo povoar verdadeiramente a sua colônia, não se deixando cair pelos pecados do curto prazo. Os resultados foram percebidos desde o século XVIII com a Guerra da Independência dos Estados Unidos em 1776, onde um povo que já tinha pátria lutou pela sua libertação e validação como país.

A colonização de Portugal por sua vez foi o contrário, e apesar do português descobridor ter sido de uma época onde este era heroico e ávido de gozo, o português colonizador já era de um período onde seu país vivia um momento de crise. Derrotas na África e na Índia enfraqueceram o Império Lusitano, sendo que suas dezenas de fortalezas espalhadas pelas mundo já não condiziam com a sua força e seus costumes já estavam corrompidos pelo luxo. O colono que explorou o Brasil já era o português da governança e da fradaria (PRADO, 2012, p.96). Assim como afirmou a Geração de 70, que já tratamos anteriormente. Os efeitos dessa colonização na unificação nacional para Prado foram diretos e tornaram o surgimento do “brasileiro” muito mais lento e triste do que o do “americano”.

O romantismo que ditou o pensamento brasileiro do século XIX reforçou esta tristeza e não foi capaz de fornecer a política que o país precisava para recuperar as possibilidades que a terra, que já foi considerada paraíso, fornecia. Prado conclui:

Viveram tristes, numa terra radiosa (PRADO, 2012, p.125).

2.2.3 A carta política

A segunda parte da obra é constituída por uma texto *post-scriptum* do autor, no qual destaca as principais ideias de sua interpretação nacional, registrando sua análise do contexto em que vivia e o que esperava para o futuro do Brasil.

Neste texto, Prado ressalta o papel do negro na mestiçagem que formou o brasileiro, tópico que não havia abordado com tanta profundidade anteriormente em sua obra. Para ele o povo do Brasil foi o resultado da miscigenação de três raças vindas de três continentes distintos: o índio americano, o branco europeu e o negro africano. O índio foi o personagem livre conhecedor do território e que simultaneamente foi combatido e misturado com o branco. O colonizador português foi em um primeiro momento o dotado de coragem, avidez e heroísmo e em seguida o tomado pela ambição e sensualidade. E por fim o negro que, sequestrado de sua terra, foi a “máquina de trabalhado e vício criada para substituir o índio mais fraco e rebelde” (PRADO, 2012, p.128). Sobre o último ponto ele acrescenta:

O negro, entre nós, pode ser considerado sob dois aspectos: como fator étnico intervindo pelo cruzamento desde os primeiros tempo da colônia – e como escravo, elemento preponderante na organização social e mental do Brasil (PRADO, 2012, p. 129).

Os primeiros grupos de escravos negros que foram trazidos para o Brasil colônia já datam a expedição de Pedro Alvarez Cabral em 1500, e mais dezenas de milhares foram trazidos ainda nas primeiras décadas de colonização. Nos séculos seguintes com a intensificação do tráfico negreiro os números rapidamente saltaram para casa dos milhões, tendo seu fim apenas na segunda metade do século XIX. Prado aponta que diferente dos Estados Unidos o negro africano na colônia portuguesa teve alta miscigenação com o colonizador, pois com o passar dos séculos ele substituiu a sensualidade do índio. A exploração sexual do português que primordialmente aconteceu com as mulheres índias deu lugar ao mesmo com mulheres negras. O autor destaca que a mestiçagem não tornou o racismo no Brasil mais fácil de ser resolvido em comparação ao caso norte-americano, mas com uma complexidade diferente.

Do ponto de vista étnico, primeiro aspecto apontado no trecho selecionado acima, não existe uma raça inferior, pois todas elas são igualmente dotadas de capacidades mentais e

adaptativas (PRADO, 2012, p.130). Para o autor são as questões de sociabilidade e do ambiente em que os povos estão inseridos que definem uma “inferioridade ou superioridade social” entre as civilizações humanas. Com isso, diferente da miscigenação entre o branco e o índio que gerou o mamaluco, sobre a miscigenação com o negro ele afirma existir uma incógnita sobre o seu real resultado étnico e que precisa ser estudada, mas já afirma que acredita que o “caboclo” é o descendente da esplêndida fortaleza do bandeirante mamaluco (IBIDEM, p.131).

Sobre a escravidão sofrida pelo povo negro, como falado anteriormente, Prado acredita que ela foi consequência do caráter histórico das relações entre as sociedades, e não como consequência de uma questão de ordem étnica. Ele reafirma o horror da escravidão baseada em uma ilusória superioridade do senhor de escravos, ressaltando que poucas décadas antes dele escrever ainda existia uma população de 2 milhões de escravos em um total de 14 milhões de habitantes na colônia portuguesa. A escravidão só foi possível pela filosofia da senzala, qual foi composta principalmente pelo desprezo da dignidade humana, a preguiça, a imoralidade, a incultura e o vício protegido pela lei (PRADO, 2012, p.133). O papel que a escravidão teve no Brasil foi determinante para formação do brasileiro e para ele não é possível que nenhuma pesquisa estude a formação brasileira sem tratar deste aspecto. Apesar disso, Prado não aponta nenhuma solução para a questão racial, apenas destaca que tanto na ordem de estrutura social quanto psicológica o problema já era igualmente complexo para o futuro do país.

O futuro do Brasil também precisava lidar com a burocracia exagerada e a política da fradaria legadas ao Estado brasileiro pelo colonizador português e pelos anos de Império. Para Prado a exploração colonial de Portugal instituiu na colônia todos os defeitos organizacionais que já existiam na metrópole. Era preciso mudar isso também, para que o país pudesse aproveitar todas as riquezas que o seu território possui.

Ele destaca que o analfabetismo em sua época ainda atingia praticamente 100% das classes inferiores da sociedade, enquanto as mais abastadas estavam contaminadas pela intelectualidade baseada no romantismo. A obra cultural, científica e artística brasileira era totalmente baseada na importação e imitação daquilo que vinha da Europa, assim como tudo que “constitui as bênçãos da civilização: saúde, bem estar-material, conhecimentos, prazeres, admirações e senso estético” (PRADO, 2012, p.139). Era necessário o rompimento deste padrão de cópia com o estrangeiro, o país precisava se tornar realmente independente e constituir verdadeiramente uma nação. Prado acrescenta que considerava um milagre que o território brasileiro ainda estivesse reunido em um único país, e acreditava que isso se deve muito a passividade e indolência da povo. A paralisia do povo ainda trazia consequências no momento

que ele escreveu, vide que o Brasil ainda “dormia em sono colonial” estando alheio a todas as revoluções que aconteciam mundo a fora: capitalismo, comunismo e fordismo (PRADO, 2012, p.143).

O diagnóstico para ele era claro: a tristeza do brasileiro só seria curada pela ruptura com o seu passado colonial e a pela formação de uma nacionalidade autêntica e autônoma. Pequenas ações terapêuticas não iriam trazer resultado, era preciso uma ação cirúrgica a qual poderia se dar apenas por duas maneiras: guerra ou revolução (PRADO, 2012, p.142).

Somente estes dois atos de absoluta revolta poderiam despertar as classes mais baixas e a camada dos “esquecidos” para transformar o aparelho político, e financeiro, e romper com os valores mentais e materiais que moldaram a formação do brasileiro, assim como Prado destaca:

Para o revoltado o estado de cousas presente é intolerável, e o esforço de sua ação possível irá até a destruição violenta de tudo que ele condena. O revolucionário, porém, como construtor de uma nova ordem é por sua vez otimista que ainda acredita, pelo progresso natural do homem, numa melhoria em relação ao presente. É o que me faz encerrar estas páginas com um pensamento de reconforto: a confiança no futuro, que não pode ser pior do que o passado (PRADO, 2012, p. 144).

Com esta conclusão, a obra, que foi taxada como demasiadamente pessimista em seu olhar ao passado, como veremos a seguir, se encerra com um apelo de esperança sobre o futuro.

2.3 A interpretação nacional

2.3.1 Crítica e recepção

“Em meios dos defeitos que deve estar inçado este livro, será forçoso reconhecer-lhe uma qualidade: não é regionalista, a menos que se queria atribuir ao Brasil inteiro a pecha de ser simplesmente uma região do continente americano.” (PRADO, 2012, p.126). Com essa afirmação Prado começou seu texto post-scriptum já se antevendo as críticas que poderia receber e as que já tinha recebido com *Paulística*. Ele mesmo afirmou que na mocidade possivelmente caiu no bovarismo paulista, expressando em sua primeira obra uma visão de um escritor provinciano. Essa tendência foi revertida com o isolamento do autor no período em que escreveu *Retrato do Brasil*, se afastando das visões regionais que poderia receber para estender sua visão sobre o Brasil por uma perspectiva verdadeiramente nacional.

Diferente de *Paulística*, *Retrato do Brasil* teve grande impacto entre os intelectuais brasileiros recebendo diversas críticas. A obra teve várias edições esgotadas, fato que surpreendeu inclusive o autor. A maior parte das críticas o elogiaram, apesar de discordarem

dos argumentos trazidos por Prado e de o taxarem como exageradamente pessimista e conservador. Em carta ao seu filho Paulo Caio em 1929 ele registrou sua reação com a repercussão da obra:

Raras vezes, no Brasil, livro teve igual repercussão. Já esgotei perto de duas edições. Há um mês que todos os dias os jornais se ocupam do livro. Ainda domingo passado *O Jornal* publicou no mesmo número dois artigos a respeito. E o mais curioso é que salvo um ou outra divergência maldosa, todos elogiam, apesar de discordarem.⁷

Além de ter comentado o sucesso de vendas Prado também respondeu as críticas que seu filho fez ao livro:

Acabo neste instante de receber a sua carta e as suas impressões sobre o *Retrato*. São curiosas, como documento. Você pertence ao grupo “Brasil primeiro país do mundo”. Bloco governamental, que vai levando o Brasil à ruína e ao esfacelamento, *d’un couer léger*⁸. Mas o meu livro é otimista. Não do otimismo de *O País* e do *Correio Paulistano*, pago pelo dinheiro público, mas do otimismo do médico que quer curar, ou do cirurgião.⁹

O autor discordava das críticas que recebeu de pessimista. Para ele, a sua obra era um diagnóstico realista da situação do Brasil, a qual era tomada pela tristeza do brasileiro. Seu texto em si não era triste, seu objetivo era iluminar o problema do país para curá-lo. Para ele o grupo do “Brasil primeiro país do mundo”, o qual seu filho fazia parte, não encarava as questões reais da formação brasileira, para ele, eles ainda estavam encantados pelo ilusão do mal romântico.

Tristão de Athayde, em sua resenha publicada em 1928, foi um dos intelectuais do período que concordou em grande parte com a análise feito por Prado. Considerou a obra bastante pessimista, mas um pessimismo necessário que conversava com a realidade do Brasil. Para ele não “se parece ser um obra de derrotismo, mas antes de patriotismo sadio. E consolemo-nos com a coragem com que começamos a observar os nossos males e a divulgá-los impiedosamente” (ATAÍDE, 1928). Sua principal discordância foi relação à solução apresentada, para ele a solução precisava ser pela religião, somente com ela a sociedade brasileira retornaria os valores necessários que abandonou, retomando a ordem do país.

Outros escritores foram mais críticos aos argumentos de Prado para a permanência do caráter tristeza do brasileiro. Um destes autores foi Graça Aranha, que, em sua resenha de 1934, destacou que “as duas causas da tristeza apresentadas com tanto talento por Paulo Prado não

⁷ Carta de Paulo Prado a seu filho Paulo Caio em 1929 em PRADO, 2012, p.149.

⁸ “Levianamente”

⁹ Carta de Paulo Prado a seu filho Paulo Caio em 1929 em PRADO, 2012, p.149.

explicam a tristeza brasileira. São fatores comuns ao continente americano e a todos os países formados pela invasão e fusão de raças” (ARANHA, 1934). Para ele todos os países americanos deveriam sofrer do mal da tristeza como o Brasil pelos argumentos de Prado, vide que a luxúria e a cobiça estiveram presentes em todos os países colonizados. O historiador Nelson Werneck Sodré, em sua crítica de 1949, também questionou os argumentos utilizados pelo autor argumentando que “a luxúria, a cobiça, a tristeza e o romantismo, entretanto, não foram causas – foram consequências. E o capítulo das causas ficou em branco na obra, tão exata, na análise de minúcias, de Paulo Prado” (SODRÉ, p.1949). Os dois autores, como visto, apesar de não concordarem com Prado elogiaram o caráter historiográfico do *Retrato do Brasil* e a sua capacidade descritiva do passado.

Francisco Iglésias em crítica à obra em 1978, 50 anos após o seu lançamento, reitera a importância que a obra teve por sua escrita e não seu conteúdo, pois, para ele, apesar do livro deixar “a desejar como livro de História, é digno de nota como realização literária. Trata-se de um grande livro, embora se deva acrescentar, em aparente paradoxo – um grande livro errado. O que faltou em rigor, em precisão, sobra-lhe em beleza formal e em alguns achados felizes sobre o passado e atualidade” (IGLÉSIAS, 1978). *Retrato do Brasil*, para Iglésias, não é uma obra de história como ciência, algo que o próprio Prado já quis indicar ao intitulá-lo como um ensaio, sendo que também não existe qualquer análise econômica e social com o rigor científico necessário.

Por fim, vale-se destacar o prefácio escrito por Carlos Guilherme Motta para a tradução italiana de *Retrato do Brasil*, em 1995, em que salientou que apesar do livro já poder ser considerado datado do ponto de vista da historiografia, ainda era um retrato importante para entender como pensava a oligarquia e elite paulista no fim da primeira república. Além disso, ressaltou o papel que a obra teve sobre Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre em suas interpretações sobre a formação do Brasil lançadas na década de 30, como afirma:

Os empréstimos da obra de Prado reconhecíveis nos ensaios de Sérgio Buarque, Caio Prado e Gilberto Freyre sugerem a importância dessa figura fundamento do Modernismo. Uma figura central, da qual sairão três das principais matrizes do pensamento brasileiro contemporâneo (MOTTA, 1995).

2.3.2 A tese sobre a nação

Prado afirma em sua obra que: “este *Retrato* foi feito como um quadro impressionista.” (PRADO, 2012, p.127). Para o autor isso significou mesclar em sua forma de escrita da história sentimento e ciência, de maneira que:

Desaparecem quase por completo as datas. Restam somente os aspectos, as emoções, a representação mental dos acontecimentos, resultantes estes mais da dedução especulativa do que da sequência concatenada dos fatos. Procurar deste modo, num esforço nunca atingido, chegar à essência das coisas, em que à paixão das ideias gerais não falte a solidez dos casos particulares. Considerar a história não como uma ressurreição romântica, nem como ciência conjectural, à alemã, mas como conjunto de meras impressões, procurando no fundo misterioso das forças conscientes ou instintivas as influências que dominaram, no correr dos tempos, os indivíduos e a coletividade (PRADO, 2012, p.127).

Berriél destaca que sempre foi comum a historiografia se utilizar de outras ciências, como sociologia, economia, antropologia e até mesmo biologia para aprofundar suas análises. Entretanto a utilização de um método primordialmente da pintura e das artes plásticas é algo incomum. Para ele, Prado escolheu esse método impressionista por dois motivos: a) prestígio e legitimidade, vide que o movimento artístico trazia o sentimento de modernidade à sua obra; b) licença para arbitrariedade, criando uma visão histórica marcada pela subjetividade do autor. Com isso, o autor escolheu o quis ver e o quis mostrar ao seu leitor, não respeitando a racionalização da vida humana e integridade dos fatos que deveriam lastrear a historiografia (BERRIEL, 2013, p.197).

Comparando este método particular que foi utilizado por Prado com as obras de Capistrano, vemos que apesar da relação próxima entre os dois, este ponto os diferenciou. Para Waldman, sem o historiador cearense o autor paulista certamente não teria se adentrado pela história do Brasil, entretanto “é difícil enxergá-lo como um historiador à *la* Capistrano” (WALDMAN, 2009, p.152). Capistrano inaugurou um método na historiografia brasileira baseado na análise racional e científica da história, diferente de Prado que adotou um método mais subjetivo e literário.

Partindo deste método sobre a história, o autor estruturou sua obra em quatro capítulos que esquematizam sua tese central: “Renascença=cobiça=luxúria; esses impulsos d’alma, no caso particular do Brasil, levarão à característica tristeza e ao Romantismo” (BERRIEL, 2013, p.205). O movimento renascentista contaminou o português com os dois pecados, moldando sua forma de colonização: a luxúria foi seu modo povoamento e a cobiça o seu modo de

descoberta e exploração do território. Com estes pecados, como Berriel aponta, a terra que era como paraíso pela sua natureza se tornou um “caminho para inferno”, legando a tristeza sobre o seu povo. Este quadro de permanência da melancolia foi agravado pelo mal romântico do século XIX, o qual “distorce a realidade e incentiva a busca da felicidade em um mundo imaginário” (WALDMAN, 2009, p.128). Com isso, o “véu da tristeza” se estabeleceu por todo país.

Outros dois pontos se colocam como centrais na tese nacional de Prado: a mestiçagem e a unificação nacional. Toda sua análise sobre miscigenação, assim como próprio Prado cita, partiram das ideias de Carl von Martius¹⁰, médico e antropólogo alemão que estudou o Brasil, o qual deixou de recomendação, para os que fossem escrever sobre a história brasileira, não perderem de vista “os elementos de natureza diversa que convergem para a formação da população brasileira, ou seja, as “três raças”: a americana “cor de cobre”, a branca ou caucasiana”, e a preta ou “etiópica”. A particularidade histórica do Brasil, para ele, está justamente nessa população resultante do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças” (WALDMAN, 2009, p.129). Esta recomendação de Martius influenciou não só o historiador paulista como diversos outros autores que estudaram a formação do Brasil.

Ao se aprofundar sobre a mistura das três raças vimos que Prado nega a inferioridade entre elas, defendendo que apenas questões sociais, e não biológicas, impactaram as suas histórias. Apesar disso, sobre a miscigenação sua postura foi ambígua. A única mestiçagem que ele defendeu e considerou absolutamente positiva foi a do português heroico e do índio, a qual gerou o mamaluco. Sobre as demais misturas, e em especial a do negro com o branco, o autor não deu uma resposta clara, deixando uma dúvida sobre o resultado étnico que elas gerariam. Com isso, Waldman conclui que “ainda que critique a escravidão, reconheça a importância da noção de *melting-pot*¹¹ e rejeite as teses de inferioridade racial, Prado parece se posicionar contra a mestiçagem com o negro” (WALDMAN, 2009, p.133).

Sobre a questão do papel da população negra na formação do brasileiro, Berriel destaca a influência de Joaquim Nabuco¹², diplomata e militar brasileiro, em Paulo Prado. Nabuco defendia que a escravidão foi responsável pela maior parte dos problemas da formação

¹⁰ Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) foi um antropólogo, botânico e médico alemão que se dedicou a estudar o Brasil, em especial a região da Amazônia. Suas pesquisas não se restringiram à botânica, possuindo obras sobre etnografia, folclore brasileiro e estudos das línguas indígenas.

¹¹ *Melting pot* é uma metáfora, com origem nos anos 1780 nos Estados Unidos, para uma sociedade heterogênea que se torna mais homogênea quando seus diferentes elementos culturais se misturam em uma cultura comum.

¹² Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910) foi um escritor, diplomata e político brasileiro que teve papel de destaque liderando a campanha abolicionista durante o Brasil Império.

brasileira e que “ao introduzir a escravidão negra no Brasil, a elite agrária não pensou que preparava um povo que seria composto, na sua maioria, de descendentes desses escravos negros. A escravidão pesaria, portanto, na herança biológica do país” (BERRIEL, 2013, p. 245). Desta forma, para Berriel, Prado absorveu completamente a visão do diplomata, não acreditando na inferioridade do negro, mas condenando a miscigenação, pois a mistura das raças gerou uma sub-raça, que é o brasileiro.

Este ponto se conecta com a outra grande questão discutida por Prado: a unidade nacional. Berriel conclui:

O discurso de Paulo Prado nos conduziu ao último ponto: o problema da unidade nacional. Segundo ele, teria sido a indolência e a passividade das populações o que facilitou essa união social e política do vastíssimo território. Em outras palavras: a unidade nacional é produto da falta de vitalidade dessa sub-raça que é o brasileiro – a unidade nacional não é uma obra, mas o que sobrou da inércia. A persistência da união constitui assim um verdadeiro milagre (BERRIEL, 2013, p.249).

Com isto a interpretação nacional do autor se fecha, a luxúria e a cobiça resultaram na mestiçagem das três raças tristes gerando uma sub-raça, a qual por sua passividade manteve o Brasil unido. Neste sentido, a única raça que tem força para solucionar o problema da tristeza do país era o paulista, pois este era uma raça superior e a única mescla que deu certo. Era como se os paulistas representassem os portugueses renascentistas e o brasileiro os portugueses decadentes pós-1580 (WALDMAN, 2009, p.137). O modernismo também entrou nessa lógica, Prado defendia o movimento pois este representava, para ele, uma ruptura paulista com o romantismo que tomava Brasil e atuava sobre a permanência da melancolia no brasileiro.

Berriel em sua visão sobre as soluções para o Brasil apresentadas por Prado, guerra ou revolução, questionou a possibilidade de ele acreditar em uma saída mais radical racialmente, com uma intervenção direta na miscigenação do povo, assim como expõe:

Sabemos que a os males do país são dados pela sua condição de origem racial: foi a mescla da escuma turva das civilizações europeias, com o índio lascivo acumpliciado pelo deserto, e com o negro envenenado pela escravidão, e ele próprio expressão acabada da corrupção dos costumes – essa mescla torpe, enfim, a caixa de Pandora de todos os males da vida nacional. Ora, o que Paulo Prado quer dizer com a frase: “quando tudo está errado, o melhor corretivo é o apagamento de tudo que foi mal feito”? a conclusão evidente é que pensava na alteração radical, por via de exceção, da fonte desses males. Administrar a raças proibindo o casamento inter-racial? Eugenia? Esterilização do mestiço brasileiro? Extermínio? *Aphartheid*? Todas essas perguntas são cabíveis, e todas essas hipóteses estavam na ordem do tempo (BERRIEL, 2013, p.254).

Entretanto, apesar das hipóteses lançadas, Berriel, assim como Waldman, concluiu que o pensamento de Prado sobre qual seria a resposta cirúrgica para o Brasil não foi claro, impossibilitando de se ter uma resposta concreta sobre qual seria a sua verdadeira visão. Berriel sobre essa questão continuou:

Falta uma definição clara do sentido dessas ideias, mas a indefinição dessas hipóteses também possui o seu interesse: seria Paulo Prado incapaz de concluir o seu próprio raciocínio sobre a questão racial no Brasil? Essa incapacidade poderia estar além dessa hipotética dimensão pessoal: dever-se-ia à própria incompletude da burguesia brasileira, da qual ele é mais completa tradução, mas reveladora e mais explícita. Paulo Prado parece ter mesmas características básicas de sua classe: a incapacidade de ir ao fim de suas inclinações resolutivas (BERRIEL, 2013, p.254).

Apesar dessa indefinição em suas ideias finais, podemos concluir que qualquer que seja a solução que Paulo Prado realmente acreditasse para resolver a tristeza brasileira essa dependeria de São Paulo. Desta forma, apesar de *Retrato do Brasil* não ser uma obra regionalista, sua conclusão foi construída com o destaque do papel do povo paulista, fazendo com que a obra conversasse diretamente com as ideias de *Paulística*.

Por fim, sobre aspectos econômicos presentes na obra, podemos destacar a visão de Prado em que imputou juízo de valor sobre quais atividades econômicas traziam ou não efeitos positivos para economia brasileira. Berriel destaca que na visão do autor apenas a cultura do café realmente foi benéfica economicamente, vide que o ouro teve todo o seu caráter destrutivo e a cultura canavieira foi a responsável por trazer a escravidão e o negro ao Brasil (BERRIEL, 2013, p.221). Este juízo de valor não é estritamente econômico, vide que um dos motivos dele ter sido contrário à escravidão foi a miscigenação, mas ainda sim já expôs um pouco o que ele acreditava para a economia. Além disso, podemos fazer um paralelo de que a concepção de Prado sobre a cobiça representa uma espécie de crítica ao não planejamento econômico da metrópole sobre a economia da colônia. A busca obsessiva por riquezas de curto prazo atrofiou o desenvolvimento econômico do Brasil, assim como ele tratou ao afirmar que quando a extração de ouro se esgotou a colônia não possuía mais nada para exportar e pagar por suas importações: “essa, porém, é antes uma “perda de substância”, como dizem os alemães, do que a colocação de produtos de nossa terra e do nosso trabalho” (PRADO, 2012, p.139). Ou seja, sem as riquezas já extraídas, o Brasil não tinha nenhuma outra produção econômica nacional relevante para oferecer ao mundo como economia. Esta condição gerava uma “perda de substância” no comércio internacional do país, vide que os seus produtos vendidos ao exterior valiam relativamente menos do que o que era comprado.

Considerações Finais

As críticas mais recentes aos ensaios de Paulo Prado os trataram como de certa forma obsoletos, sobretudo, no que estes tangenciam a história como ciência. Entretanto, ao afirmarem essa opinião, os críticos não buscavam classificar a obra do autor como irrelevante para os dias atuais, mas sim destacarem que é necessária uma análise específica para o estudo de sua obra. Apesar das diversas opiniões contrárias aos argumentos centrais de *Paulística* e *Retrato do Brasil*, que surgiram logo em seus lançamentos, numerosas foram também as considerações de suas qualidades. Ainda na década de 1920 e 1930 as resenhas publicadas já apontavam a sua incrível capacidade de descrever os fatos e a eloquência em sua escrita. Além destas, nos períodos mais recentes se consolidou mais uma grande qualidade, e talvez a mais importante atualmente, da obra de Prado: demonstrar qual era o pensamento da elite paulista na época.

O autor provinciano foi uma figura que frequentou diferentes círculos sociais durante toda sua vida, sendo que todos de alguma forma marcaram sua forma de escrever e a construção de suas interpretações. Podemos listar quatro principais meios que ele fez parte e o influenciaram: a) elite cafeicultora; b) grupo de intelectuais que fez parte em Paris; c) artistas e escritores do movimento modernista; d) comunidade do Instituto Histórico Geográfico São Paulo.

Da elite cafeicultura, meio que fez parte desde o berço até sua morte, absorveu o pensamento político de sua classe. Do tempo em que morou em Paris, ao ter convivido com o grupo de escritores portugueses da Geração de 70 e amigos do seu tio Eduardo, incorporou o nacionalismo e a ideia da dicotomia entre o português renascentista heroico e o português decadente. Do papel de principal como mecenas da Semana de Arte Moderna de 1922, e de sua relação com os personagens principais do modernismo, adquiriu a estética poética e fortaleceu sua vontade em romper com a forma de arte e escrita inspirada no romantismo. Por fim, do IHGSP firmou sua relação com o seu mestre Capistrano de Abreu, quem o inspirou pela paixão pela historiografia.

Em *Paulística* já é perceptível todas estas suas influências. Foi por um caminho, forma de analisar a história inspirada em Capistrano, que toda sua interpretação regional se baseou. As barreiras naturais que a Serra do Mar impôs ao colonizador isolaram a capitania de São Vicente do contágio pela decadência do português tomado pelo pecado, gerando a mestiçagem pura entre os primeiros portugueses vorazes e o índio ágil e conhecedor terra. O fruto desta mistura foi o mamaluco, o qual pela sua determinação e ambição descobriu o território colonial

por meio das bandeiras. Independentes das ordens da metrópole, os primeiros paulistas serviram de base para o sucesso econômico que a província desfrutava com a regeneração do café, após a crise gerada pela febre do ouro.

Se em sua primeira obra um dos personagens principais é o português dotado de virtudes, em *Retrato do Brasil* sua tese é baseada na versão degenerada deste: o português pós-1580. Diferente dos descobridores, o colonizador que explorou o Brasil Colônia foi tomado por dois pecados: a luxúria e a cobiça. A luxúria foi a forma de povoamento e a cobiça a forma de descoberta da terra e da extração de suas riquezas. Esta forma desorganizada da metrópole de gerenciar sua colônia resultou no desapontamento pelo esforço inútil empregado na febre do ouro e a incerteza sobre a miscigenação desgovernada fruto das práticas luxuriosas do europeu. Desta forma, a colônia, após três séculos de submissão à Portugal, se tornou país coberto pelo véu da tristeza. O romantismo que se instaurou no Brasil, junto da família real, terminou por consolidar a melancolia no brasileiro.

Apesar de Prado ter uma interpretação regional e uma nacional, a sua tese é apenas uma, ligando as duas obras na discussão dos dois problemas centrais para o autor: a miscigenação e a unidade nacional. Como vimos, a única mestiçagem definitivamente positiva foi a geradora do mamaluco paulista, enquanto as demais geraram uma sub-raça triste: o brasileiro. Apenas passividade e imobilidade desta raça tomada pela melancolia foi capaz de manter o território de proporções continentais unido em um único país.

A ótica econômica nunca teve muito destaque na obra de Prado, porém podemos entender que para ele a lógica de exploração econômica da metrópole, baseada na cobiça, foi pautada em uma estratégia “imoral” de ganhos de curto prazo. Esta fórmula resultou na estagnação de outras atividades que não fossem a busca por ouro, sendo que após a superação da sua febre o cenário da economia colonial era de destruição. Com isto, a falta de desenvolvimento das instituições políticas e econômicas da colônia, e também no Império, resultaram em uma situação precária para a vida da população, sendo retratado em diversas vezes a situação generalizada de fome e doença. Em suas comparações entre Brasil e Estados Unidos fica claro a sua visão sobre a diferença existente nas formas de colonização entre Portugal e Inglaterra. Para o autor esta oposição entre as formas são as maiores causadoras do menor desenvolvimento econômico, político e social brasileiro em comparação ao norte

americano. Vale ressaltar que esta diferenciação foi aprofundada posteriormente por Caio Prado Júnior, explorando o conceito de colônia de exploração e de povoamento¹³.

Como visto, os argumentos de Prado para formação do Brasil podem ser considerados obsoletos, entretanto, indiferente a isso, fica claro a relevância de sua obra para compreender as intenções políticas da elite paulistana no fim da Primeira República. Apesar de seu perfil diverso, podemos concluir que ao fim a sua identidade de classe como oligarquia cafeicultora sempre predominou, sendo que a sua tese maior sempre foi a de superioridade política e econômica do paulista. Os ideias da Geração de 70 de comparação entre português renascentista e decadente foram base para formação do mamaluco, o primeiro paulista dotado de virtudes heroicas. O modernismo, por sua vez, se inseriu como uma forma de reafirmação da superioridade política do estado por uma emancipação cultural liderada por São Paulo. E o IHGSP que desde sua fundação teve como objetivo recontar a história da terra fruto da capitania de São Vicente.

Suas obras ao tratarem do passado tinham como objetivo, na verdade, dialogar com o futuro. Guerra ou revolução? Podemos concluir que estas duas soluções propostas para reversão do retrato de tristeza do brasileiro provavelmente só trariam realmente resultado se fossem lideradas por São Paulo, assim como a de Revolução Constitucionalista de 1932 que ele apoiou. Por fim, ainda podemos supor que também faz sentido em seu pensamento uma terceira opção, que finalmente romperia com o milagre da unificação nacional: a separação da província do restante da nação.

¹³ Caio Prado Júnior em sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo* utiliza o conceito de colônia de povoamento e colônia de exploração para interpretar a forma de colonização portuguesa no Brasil. As colônias de exploração eram caracterizadas pela presença temporária dos exploradores, sendo que seus únicos objetivos eram a extração de riquezas baseada na mineração e no pacto colonial. Nas colônias de povoamento, por sua vez, o objetivo era estabelecer definitivamente uma sociedade no novo território, baseando-se na agricultura e produção de bens como forma de desenvolvimento econômico do local.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Mário de. “*O Movimento Modernista*”, In Aspectos da literatura brasileira. São Paulo, Liv Martins Editora, 1974

ARANHA, Graça *Retrato do Brasil* – Resenha de *Retrato do Brasil* publicada em Lanterna Verde, maio, 1934.

ATAÍDE, Tristão *Resenha da primeira edição de Paulística*, em Estudos 1ª série, Rio de Janeiro, Terra do Sol, 1927

ATAÍDE, Tristão *Retrato ou Caricatura?* – Resenha de *Retrato do Brasil* publicada no suplemento “Vida literária” em 10 de outubro, 1928.

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. *Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado*. Ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

CALIL, Carlos Augusto *Paulo Prado, Entre Tradição e Modernismo em Um Enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. Organização de Andre Botelho, Lilian Moritz Schwarcz. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

FERRAZ, Geraldo *Paulo Prado, o Dileitante e o Militante*, publicada no Suplemento Literário de O Estado de S. Paulo, 17 de maio, 1969.

FREYRE, Gilberto *Contradições de Paulo Prado*. In FONSECA, Edson Nery da (org.) *Pessoas, coisas & animais*. Porto Alegre/Rio de Janeiro, Globo, 1981

IGLÉSIAS, Francisco *Retrato do Brasil, 1928-1978*, publicada em *Kriterion*, Belo Horizonte, FFCH/UFMG, jan-dez, v.XXIV, n. 71, p.144-155, 1978.

MOTTA, Carlos Guilherme *Prefácio da tradução italiana de Retrato do Brasil [Ritratto del Brasile]*. Roma: Bulzoni. Tradução de Giuliana Giudici, 1995.

PRADO, Paulo *Paulística* etc. 4. ed. rev. e ampl. por Carlos Augusto Calil São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.

PRADO, Paulo *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. Organização de Carlos Augusto Calil. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Companhia das Letras; 2012

SAES, Flávio Azevedo Marques *A Historiografia Econômica Brasileira: dos pioneiros às tendências recentes da pesquisa em história econômica do Brasil*.in Revista Territórios e Fronteiras V.2 N.1 – jan/jun 2009 Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT

SODRÉ, Nelson *Resenha de Retrato do Brasil*, publicada na coluna “Vida Literária” do Correio Paulistano em 15 e 22 de junho, 1949.

XAVIER, Lívio *Resenha da Segunda edição de Paulística*, em “Bibliographia”, Diário da Noite, São Paulo, 1934

WALDMAN, Thais Chang *Moderno Bandeirante: Paulo Prado entre espaços e tradições*. USP, São Paulo, SP 2009.